

Hidroviias do Brasil S.A. e Controladas

Demonstrações Financeiras
Individuais e Consolidadas
Referentes ao Exercício findo em
31 de Dezembro de 2016 e
Relatório do Auditor Independente
(Reapresentação)

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas e Administradores da
Hidrovias do Brasil S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Hidrovias do Brasil S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Hidrovias do Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards – IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board – IASB".

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfases

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, que indica que no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 a Companhia apresentou passivo circulante que excedeu o total do ativo circulante no montante de R\$1.288.064 mil (consolidado). Esses fatos podem gerar a necessidade de aportes de capital pelos acionistas ou captação de empréstimos e financiamentos para que a Companhia honre os seus compromissos de curto prazo. Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 225.000 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 12 às demonstrações financeiras, o balanço patrimonial consolidado e as respectivas notas explicativas relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016 estão sendo reapresentados para contemplar os efeitos do descumprimento de determinados "covenants" não financeiros que resultaram na reclassificação de parte da dívida registrada no passivo não circulante para o passivo circulante no montante de R\$1.287.749 mil. Adicionalmente, parte do saldo da conta "Caixa e equivalentes de caixa" em 31 de dezembro de 2016, no montante de R\$51.915 mil, foi reclassificado para aplicações financeiras vinculadas no ativo não circulante.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demais demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração, e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.


Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

São Paulo, 22 de dezembro de 2017


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8


Iara Pasian
Contadora
CRC nº 1 SP 121517/O-3

HIDROVIAS DO BRASIL S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015

(Em milhares de reais - R\$)

ATIVOS	Nota	Controladora		Consolidado		PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	Controladora		Consolidado	
	explicativa	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015		explicativa	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
				(Reapresentado)					(Reapresentado)		
CIRCULANTES						CIRCULANTES					
Caixa e equivalentes de caixa	4	352	11.816	95.182	108.037	Fornecedores	11	1.498	2.028	39.942	118.794
Títulos e valores mobiliários	5.1	140.505	95.417	167.196	203.893	Contas a pagar com intermediação bancária	11.1	-	-	67.831	-
Contas a receber	6	-	-	23.101	21.762	Empréstimos e financiamentos	12	15.683	-	1.362.888	663.552
Estoques		-	-	11.187	11.272	Instrumentos financeiros	18	-	-	14.464	66.020
Impostos a recuperar		2.773	4.725	12.292	12.724	Obrigações sociais e trabalhistas	13	9.357	8.773	15.762	15.420
Adiantamentos a fornecedores		-	106	4.358	77.131	Obrigações tributárias		5.539	9.082	16.964	18.572
Despesas pagas antecipadamente		455	646	6.845	2.350	Contas a pagar com partes relacionadas	17	349	-	-	-
Garantias e depósitos caução	7 e 17	15.970	19.131	15.989	19.144	Contas a pagar - aquisição de controladas	1	-	-	104.690	-
Créditos com partes relacionadas	17	8.286	6.525	-	-	Outras contas a pagar		947	45	5.044	5.546
Outros créditos		18	675	3.371	3.349	Total dos passivos circulantes		33.373	19.928	1.627.585	887.904
Total dos ativos circulantes		168.359	139.041	339.521	459.662						
NÃO CIRCULANTES						NÃO CIRCULANTES					
Aplicações financeiras vinculadas	5.2	-	-	51.915	-	Instrumentos financeiros	18	-	-	29.932	-
Créditos com partes relacionadas	17	10.000	-	-	-	Empréstimos e financiamentos	12	-	-	689.710	902.937
Depósitos judiciais		3.977	-	3.977	-	Impostos diferidos	24.1	-	-	124.504	-
Garantias e depósitos caução	7 e 17	75.262	89.918	75.262	89.936	Contas a pagar - aquisição de controladas	1	-	-	27.450	-
Despesas pagas antecipadamente		-	-	1.878	85	Outras contas a pagar		-	-	107	-
Outros créditos		6	2.714	16	8.733	Total dos passivos não circulantes		-	-	871.703	902.937
Investimentos	8	929.596	882.806	64.936	95.439	PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Imobilizado	9	11.125	2.464	2.756.693	2.204.697	Capital social	15	1.296.778	1.072.386	1.296.778	1.072.386
Intangível	10	15.878	18.175	385.920	47.479	Custo na emissão de títulos patrimoniais		(24.885)	(24.270)	(24.885)	(24.270)
Total dos ativos não circulantes		1.045.844	996.077	3.340.597	2.446.369	Reservas de capital		7.577	7.327	7.577	7.327
						Prejuízos acumulados		(214.795)	(125.894)	(214.795)	(125.894)
						Outros resultados abrangentes		116.155	185.641	116.155	185.641
						Total do patrimônio líquido		1.180.830	1.115.190	1.180.830	1.115.190
Total do ativo		1.214.203	1.135.118	3.680.118	2.906.031	Total do passivo e patrimônio líquido		1.214.203	1.135.118	3.680.118	2.906.031

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

HIDROVIAS DO BRASIL S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015

(Em milhares de reais - R\$, exceto o resultado por ação)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
RECEITA LÍQUIDA	21	-	-	392.599	196.223
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	22	-	-	(238.843)	(162.076)
LUCRO BRUTO		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>153.756</u>	<u>34.147</u>
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS					
Salários, encargos e benefícios	22	(27.837)	(25.258)	(33.873)	(29.148)
Gerais e administrativas	22	(5.932)	(2.930)	(15.634)	(9.762)
Serviços profissionais	22	(8.894)	(7.018)	(14.106)	(9.505)
Depreciação e amortização	9, 10 e 22	(4.158)	(1.328)	(5.107)	(4.323)
Resultado de equivalência patrimonial	8 e 22	<u>(32.499)</u>	<u>(40.020)</u>	<u>(14.761)</u>	<u>(10.054)</u>
Total		<u>(79.320)</u>	<u>(76.554)</u>	<u>(83.481)</u>	<u>(62.792)</u>
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>(79.320)</u>	<u>(76.554)</u>	<u>70.275</u>	<u>(28.645)</u>
Receitas financeiras	23	24.606	82.460	28.350	82.483
Despesas financeiras	23	<u>(34.187)</u>	<u>(57.513)</u>	<u>(185.490)</u>	<u>(104.551)</u>
Resultado financeiro		<u>(9.581)</u>	<u>24.947</u>	<u>(157.140)</u>	<u>(22.068)</u>
PREJUÍZO OPERACIONAL E ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>(88.901)</u>	<u>(51.607)</u>	<u>(86.865)</u>	<u>(50.713)</u>
Imposto de renda e contribuição social - correntes	24	-	(8.457)	(2.356)	(9.351)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	24.1	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>320</u>	<u>-</u>
Total		<u>-</u>	<u>(8.457)</u>	<u>(2.036)</u>	<u>(9.351)</u>
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		<u>(88.901)</u>	<u>(60.064)</u>	<u>(88.901)</u>	<u>(60.064)</u>
PREJUÍZO POR AÇÃO - R\$	16			(0,1395)	(0,1009)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

HIDROVIAS DO BRASIL S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015
(Em milhares de reais - R\$)

	Controladoria		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	<u>(88.901)</u>	<u>(60.064)</u>	<u>(88.901)</u>	<u>(60.064)</u>
Outros resultados abrangentes:				
Itens que poderão ser reclassificados para a demonstração do resultado:				
Diferença de câmbio na conversão de operações no exterior	(83.427)	156.920	(83.427)	156.920
Perda efetiva na mudança no valor justo de "hedge" de fluxo de caixa	<u>13.941</u>	<u>(13.129)</u>	<u>13.941</u>	<u>(13.129)</u>
Total	<u>(69.486)</u>	<u>143.791</u>	<u>(69.486)</u>	<u>143.791</u>
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	<u>(158.387)</u>	<u>83.727</u>	<u>(158.387)</u>	<u>83.727</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

HIDROVIAS DO BRASIL S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMONIO LIQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015 - CONTROLADORA E CONSOLIDADO
(Em milhares de reais - R\$)

Nota explicativa	Capital social	Custo na emissão de ações	Reservas de capital		Prejuízos acumulados	Ajustes de avaliação patrimonial		Total
			Outras	Opções outorgadas		Ajustes acumulados de conversão	Ajuste de instrumentos financeiros	
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	750.486	-	1.406	1.457	(65.830)	76.918	(35.068)	729.369
Aumento de capital em dinheiro em 20 de março de 2015	161.900	-	677	-	-	-	-	162.577
Aumento de capital em dinheiro em 24 de julho de 2015	160.000	-	431	-	-	-	-	160.431
Opções outorgadas reconhecidas	-	-	-	3.356	-	-	-	3.356
Custo na emissão de títulos patrimoniais	-	(24.270)	-	-	-	-	-	(24.270)
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(60.064)	-	-	(60.064)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	156.920	(13.129)	143.791
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	1.072.386	(24.270)	2.514	4.813	(125.894)	233.838	(48.197)	1.115.190
Aumento de capital em dinheiro em 22 de novembro de 2016	15	224.392	-	-	-	-	-	224.392
Opções outorgadas reconhecidas	-	-	-	250	-	-	-	250
Custo na emissão de títulos patrimoniais	-	(615)	-	-	-	-	-	(615)
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(88.901)	-	-	(88.901)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	(83.427)	13.941	(69.486)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	1.296.778	(24.885)	2.514	5.063	(214.795)	150.411	(34.256)	1.180.830

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

HIDROVIAS DO BRASIL S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015
(Em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
	(Reapresentado)		(Reapresentado)	
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Prejuízo do exercício	(88.901)	(60.064)	(88.901)	(60.064)
Ajustes para reconciliar o prejuízo do exercício com o caixa líquido aplicado nas (gerado pelas) atividades operacionais:				
Provisões para bônus e gratificações	1.578	5.989	18.770	6.523
Provisão PIS/ COFINS	1.547	2.777	1.547	2.777
Impostos diferidos	-	-	(320)	-
Encargos de dívida	-	-	95.301	34.493
Encargos de hedge reconhecidos no resultado	-	-	501	-
Atualização monetária e cambial	17.817	(34.960)	2.978	(34.959)
Atualização monetária e cambial sobre contas a pagar de aquisição	-	-	965	-
Plano de opções de ações com títulos patrimoniais	250	3.356	250	3.356
Juros s/ aplicação financeira	(10.438)	(6.109)	(13.390)	(9.635)
Depreciação e amortização	4.158	1.328	87.980	38.889
Resultado de equivalência patrimonial	32.499	40.020	14.761	10.054
(Aumento) redução nos ativos operacionais:				
Contas a receber	-	-	(2.906)	(14.856)
Estoques	-	-	(2.126)	396
Impostos a recuperar	1.952	883	(417)	(3.111)
Adiantamentos a fornecedores	106	(45)	70.714	(69.536)
Despesas pagas antecipadamente	191	4.216	(6.476)	16.892
Depósitos judiciais	(3.977)	-	(3.977)	-
Outros créditos	3.365	(3.343)	8.345	(5.087)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:				
Fornecedores	(530)	569	(90.065)	78.537
Contas a pagar com intermediação bancária	-	-	67.831	-
Obrigações sociais e trabalhistas	(963)	(4.597)	(17.895)	(1.720)
Obrigações tributárias	(5.121)	6.192	(2.184)	13.335
Adiantamentos de clientes	-	-	285	-
Outras contas a pagar	902	35	14.699	4.892
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	(45.565)	(43.753)	156.270	11.176
Encargos de dívidas pagas	-	-	(187.463)	(36.106)
Imposto de renda e contribuição social pagas	-	-	(1.004)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(45.565)	(43.753)	(32.197)	(24.930)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Pagamentos relativos à aquisição de ativo imobilizado	(8.919)	(1.726)	(345.826)	(788.618)
Pagamentos relativos à aquisição de ativo intangível	(1.603)	(4.350)	(6.663)	(14.583)
Títulos e valores mobiliários	(34.650)	(73.210)	52.160	(109.234)
Partes relacionadas	(11.761)	(3.481)	-	-
Aplicações financeiras vinculadas	-	-	(51.915)	-
Aumento de capital em controladas	(148.775)	(175.264)	-	-
Aquisição de controladas	-	-	(60.000)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(205.708)	(258.031)	(412.244)	(912.435)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Aporte de capital de acionistas	223.777	298.738	223.777	298.738
Captação de empréstimos	15.683	-	873.344	745.642
Amortização de principal empréstimos	-	-	(654.394)	(144.598)
Outras contas a pagar com partes relacionadas	349	(32)	-	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	239.809	298.706	442.727	899.782
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(11.464)	(3.078)	(1.714)	(37.583)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	11.816	14.894	108.037	97.767
Efeitos das mudanças de câmbio sobre o saldo de caixa mantido em moeda estrangeira	-	-	(11.141)	47.853
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	352	11.816	95.182	108.037

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

HIDROVIAS DO BRASIL S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015
(Em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
RECEITAS				
Receita de serviços	-	-	408.870	196.223
Receitas relativas à construção de ativos próprios	10.391	1.726	387.298	832.560
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS:				
Custo dos serviços prestados	-	-	(155.970)	(127.510)
Materias, energia, serviços de terceiros e outros	(14.826)	(10.146)	(29.740)	(19.267)
Construção de ativos próprios	(10.391)	(1.726)	(387.298)	(832.560)
VALOR ADICIONADO (CONSUMIDO) BRUTO	(14.826)	(10.146)	223.160	49.446
Depreciação, amortização e exaustão	(4.158)	(1.328)	(87.980)	(38.889)
VALOR ADICIONADO (CONSUMIDO) LÍQUIDO GERADO PELA COMPANHIA	(18.984)	(11.474)	135.180	10.557
VALOR ADICIONADO (CONSUMIDO) RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA:				
Resultado de equivalência patrimonial	(32.499)	(40.020)	(14.761)	(10.054)
Receitas financeiras	24.606	82.460	28.350	82.483
VALOR ADICIONADO (CONSUMIDO) A DISTRIBUIR	(26.877)	30.966	148.769	82.986
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO (CONSUMIDO)	(26.877)	30.966	148.769	82.986
PESSOAL	27.837	25.258	33.873	29.148
Remuneração direta	24.252	16.349	24.835	19.422
Benefícios	2.299	2.074	(1.483)	2.537
FGTS	4.831	819	5.726	819
Outros	(3.545)	6.016	4.795	6.370
TRIBUTOS	-	8.259	18.307	9.351
Federais	-	8.259	18.307	9.351
REMUNERAÇÃO DE CAPITALS TERCEIROS	34.187	57.513	185.490	104.551
Outros	34.187	57.513	185.490	104.551
REMUNERAÇÃO DE CAPITALS PRÓPRIOS	(88.901)	(60.064)	(88.901)	(60.064)
Prejuízo do exercício	(88.901)	(60.064)	(88.901)	(60.064)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

HIDROVIAS DO BRASIL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 (REAPRESENTADAS)
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Hidrovias do Brasil S.A. ("Companhia"), companhia aberta categoria "A", foi constituída em 18 de agosto de 2010 e possui sua sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Gilberto Sabino, 215 - 7º andar - Pinheiros, podendo, por deliberação do Conselho de Administração, abrir filiais, agências e estabelecimentos em qualquer parte do Brasil ou no exterior. A Companhia tem por objeto social atividades de logística e infraestrutura hidroviária, rodoviária e multimodal, no Brasil e no exterior, incluindo as listadas a seguir, bem como a participação societária em sociedades que exerçam tais atividades:

- a) Transporte de passageiros e mercadorias.
- b) Construção e exploração de portos, terminais de carga, estaleiros, oficinas e entrepostos.
- c) Navegação fluvial e marítima, cabotagem e armazenamento de mercadorias.
- d) Prestação de serviços de logística, diretamente ou por intermédio de terceiros.
- e) Outras atividades correlatas ou de qualquer forma relacionadas ao seu objeto social.

A Companhia está autorizada a aumentar seu capital social em até R\$1.720.000 por deliberação do Conselho de Administração e independente de reforma estatutária, nos termos do artigo 168 da Lei nº 6.404/76.

A Companhia é parte interveniente no acordo de acionistas que regula os termos e condições da relação entre os acionistas e, indiretamente, nas empresas nas quais a Companhia possua e venha a possuir investimentos, incluindo o exercício de direito de voto, a participação dos acionistas na administração, a obrigação de cada acionista de integralizar o capital subscrito, acordos relativos a futuras capitalizações e algumas outras restrições para a transferência das ações ou títulos equivalentes emitidos pela Companhia.

A Companhia possui participação acionária direta, indireta e controle em conjunto nas empresas abaixo:

- Hidrovias do Brasil - Holding Norte S.A. ("Hidrovias do Norte"), holding domiciliada no Norte do Brasil, tem por objetivo principal a participação no capital de outras sociedades.
- Hidrovias do Brasil - Vila do Conde S.A. ("HB Vila do Conde"), tem por objetivo social a construção, a operação e a exploração de terminais multipropósitos e multimodais próprios ou de terceiros, de uso privativo, misto ou público, e a movimentação e armazenagem de mercadorias destinadas ou provenientes de transporte aquaviário, rodoviário e ferroviário, além da execução de quaisquer atividades afins, correlatas, acessórias ou complementares às descritas anteriormente, na região de Barcarena, Estado do Pará, podendo também participar de outras empresas que atuem nestes ramos, na qualidade de sócia acionista ou consorciada, ou por meio de outras modalidades de investimento.

- Hidroviias do Brasil - Miritituba S.A. ("HB Miritituba"), tem por objeto social a construção, operação e exploração de terminais multipropósitos e multimodais próprios ou de terceiros, de uso privativo, misto ou público, além da execução de quaisquer atividades afins, correlatas, acessórias ou complementares às descritas anteriormente, na região de Itaituba, Estado do Pará, podendo também participar de outras empresas que atuem nestes ramos, na qualidade de sócia acionista ou consorciada, ou por meio de outras modalidades de investimento.
- Hidroviias do Brasil - Marabá S.A. ("HB Marabá"), empresa pré-operacional, tem por objeto social a construção, operação e exploração de terminais multipropósitos e multimodais próprios ou de terceiros, de uso privativo, misto ou público, além da execução de quaisquer atividades afins, correlatas, acessórias ou complementares às descritas anteriormente, na região de Marabá, Estado do Pará, podendo também participar de outras empresas que atuem nestes ramos, na qualidade de sócia acionista ou consorciada, ou por meio de outras modalidades de investimento.
- Hidroviias do Brasil - Navegação Norte S.A. ("HB Navegação Norte"), tem por objeto social a exploração do serviço de transporte hidroviário de carga geral, graneis líquidos e sólidos; prestação de serviços de operações portuárias, cargas e descargas de barcas e serviços de armazenagem de cargas; o serviço de transporte de carga geral e graneis sólidos na navegação do interior de percurso longitudinal intermunicipal, interestadual e internacional; a prestação de serviço de navegação interior, o transporte, o armazenamento e o transbordo de carga geral, graneis sólidos e graneis líquidos.
- Hidroviias do Brasil – Intermediação e Agenciamento de Serviços Ltda. ("HB Intermediação") tem por objeto social a intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários, além da execução de quaisquer atividades afins, correlatas, acessórias ou complementares às descritas anteriormente.
- Hidroviias do Brasil – Cabotagem Ltda. ("HB Cabotagem") tem por objeto social o transporte marítimo de longo curso – Carga e transporte por navegação interior de carga, intermunicipal, interestadual, e internacional exceto travessia.
- Obrinel S.A. ("Obrinel"), empresa pré-operacional domiciliada no Uruguai, tem por objetivo principal construir e operar um terminal especializado de carga de granel sólido, nas instalações do Porto de Montevideo.

A Obrinel detém concessão por prazo determinado de 20 anos, aprovado e autorizado pela Agência Nacional de Portos - ANP do Uruguai, por meio do Concurso Público nº 1/05, e tem a obrigação de desenvolver a construção e a operação do terminal no Porto de Montevideo, na forma e condições do concurso público. No contrato de concessão está definido que o Poder Executivo poderá estabelecer tarifas para os serviços portuários dependendo do nível de competitividade.

- Hidroviias del Sur S.A. ("Hidroviias del Sur"), holding domiciliada no Uruguai, tem por objetivo principal a participação no capital de outras sociedades.
- Baloto S.A. ("Baloto"), holding domiciliada no Uruguai, tem por objetivo principal a participação em 49% do capital da Obrinel S.A. ("joint venture").
- Girocantex S.A. ("Girocantex") e Girocantex S.A. - Filial no Paraguai ("Girocantex Paraguai"), empresas operacionais domiciliadas no Uruguai e Paraguai, têm por objetivo principal o transporte fluvial de mercadorias.
- Hidroviias del Paraguay S.A. ("Hidroviias del Paraguay"), empresa operacional domiciliada no Paraguai, tem por objetivo principal atividades comerciais relacionadas com o transporte por via fluvial.

- Pricolpar S.A. ("Pricolpar"), empresa operacional domiciliada no Paraguai, tem por objetivo principal atividades comerciais relacionadas com o transporte por via fluvial.
- Cikelsol S.A. ("Cikelsol"), empresa operacional domiciliada no Uruguai, tem por objetivo principal o arrendamento de ativos de navegação e transporte fluvial de mercadorias no exterior (Paraguai).
- Limday S.A. ("Limday"), empresa operacional domiciliada no Uruguai, tem por objetivo principal o transporte de polpa de celulose das instalações portuárias de Fray Bentos para o terminal portuário localizado em Nova Palmira, Uruguai.

Capital circulante líquido negativo

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia apresentou nas demonstrações financeiras o capital circulante líquido negativo no montante de R\$1.288.064 no consolidado, conforme reclassificação (R\$428.242 em 31 de dezembro de 2015), decorrente, principalmente do início de amortização dos empréstimos e financiamentos. A Companhia planeja equalizar o capital circulante líquido negativo com o crescimento nas operações do Corredor Norte (engloba as operações de navegação, transbordo e elevação de cargas e ainda de cabotagem). Adicionalmente, a Companhia possui compromisso de seus acionistas para aporte de capital (Private Placement).

Aspectos regulatórios

Em 7 de dezembro de 2012, foi publicado no Diário Oficial da União, a Medida Provisória nº 595, de 6 de dezembro de 2012, que dispõe sobre a exploração direta e indireta, pela União, de portos e instalações portuárias e sobre as atividades desempenhadas pelos operadores portuários, e outras providências. Referida Medida Provisória foi convertida em Lei em 5 de junho de 2013 (Lei nº 12.815).

Em 21 de fevereiro de 2013, o Conselho Estadual de Meio Ambiente - Coema aprovou a concessão de Licença Prévia (LP) referente ao projeto da controlada direta HB Vila do Conde, de instalações de Terminal Portuário de Uso Privativo (TUP) localizado na cidade de Barcarena, Estado do Pará.

Em 11 de abril de 2013, o Conselho Estadual de Meio Ambiente - Coema aprovou a concessão de Licença Prévia (LP) referente ao projeto da controlada direta HB Miritituba, de instalações de Estação de Transbordo de Cargas (ETC) localizado na cidade de Itaituba, Estado do Pará.

Em 9 de maio de 2014, a HB Vila do Conde, controlada direta, assinou o Contrato de Adesão nº 016/2014 com a Secretaria de Portos da Presidência da República - SEP/PR, como Poder Concedente, e a Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ, como Interviente, que autoriza a construção e/ou exploração de Instalação Portuária pela HB Vila do Conde, na modalidade de Terminal de Uso Privado - TUP, localizado na Avenida Verde e Branco, Estrada de Itupanema, Município de Barcarena/PA, para fins de movimentação e/ou armazenagem de granel sólido (grãos vegetais, farelo e fertilizantes), destinadas ou provenientes de transporte aquaviário.

Em 31 de julho de 2014, a HB Miritituba, controlada direta, assinou o Contrato de Adesão nº 019/2014 com a Secretaria de Portos da Presidência da República - SEP/PR, como Poder Concedente, e a Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ, como Interviente, que autoriza a construção e/ou exploração de Instalação Portuária pela HB Miritituba, na modalidade de Estação de Transbordo de Carga - ETC, localizado na margem direita do rio Tapajós, gleba de Santa Cruz, s/n, Vila de Miritituba, Município de Itaituba/PA, para fins de movimentação e/ou armazenagem de granel sólido (grãos e farelo de soja), destinadas ou provenientes de transporte aquaviário.

Em 5 de dezembro de 2014, a HB Vila do Conde, controlada direta, obteve a concessão de Regime Especial de Tributação para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária (REPORTO) pela Receita Federal do Brasil, por meio do Ato Declaratório Executivo (ADE) nº 335, publicado no Diário Oficial da União.

Em 29 de dezembro de 2014, a HB Miritituba, controlada direta, obteve a concessão de Regime Especial de Tributação para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária (REPORTO) pela Receita Federal do Brasil, por meio do Ato Declaratório Executivo (ADE) nº 303, publicado no Diário Oficial da União.

Em 24 de maio de 2016, a Companhia HB Intermediação foi constituída com a finalidade de agenciar e intermediar soluções logísticas com capital social de R\$2.500, que será totalmente integralizado até 24 de maio de 2019.

1.1. Constituição Hidroviás do Brasil Cabotagem Ltda. ("HB Cabotagem") e combinação de negócios Log-In

Em 23 de dezembro de 2016, a Companhia através de sua controlada direta Hidroviás do Brasil - Cabotagem S.A. ("HB Cabotagem") adquiriu junto a Log-In - Logística Intermodal S.A. "Log-In" os direitos e obrigações de um contrato comercial de transporte de bauxita, com vigência de 19 anos, no trecho entre Porto Trombetas/PA e Barcarena/PA e dois navios com capacidade de 85.000ton cada, denominados HB Tucunaré e HB Tambaqui.

O objetivo da aquisição foi o de ampliar as modalidades de transporte da Companhia, passando a incorporar a atividade de Cabotagem em seu portfólio.

A aquisição foi concluída em 23 de dezembro de 2016, conforme detalhado a seguir:

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 14 de setembro de 2016, o Conselho aprovou a aquisição dos ativos da Log-In e em 23 de dezembro de 2016 as condições precedentes foram atingidas e o controle das operações foram assumidos pela Companhia.

A contraprestação transferida dessa transação foi de R\$191.795, composto da seguinte forma:

- a) Pagamento em caixa de R\$200.000, sendo R\$60.000 em 23 de dezembro de 2016 e o restante em 14 parcelas mensais e consecutivas corrigidas pelo IGPM.
- b) Desconto acordado pelas partes no valor de US\$2.700 mil, equivalente a R\$8.205 na data da transação, o qual será abatido proporcionalmente conforme o cronograma do pagamento em caixa.

A Administração assumiu ativos operacionais (2 navios), dívida, contrato de cliente, processos e recursos operacionais e registrou os ativos e passivos a valor justo na empresa recém constituída HB Cabotagem, conforme uma combinação de negócios. A alocação preliminar dos ativos e passivos a valor justo é conforme segue:

	HB Cabotagem		
	23/12/2016		
	Custo histórico	Ajustes a valor justo	Ativos e passivos a valor justo
Ativos não circulantes:			
Imobilizado	421.852	23.305	445.157
Intangível	-	343.681	343.681

	HB Cabotagem		
	23/12/2016		
	Custo histórico	Ajustes a valor justo	Ativos e passivos a valor justo
Passivos circulantes:			
Empréstimos e financiamentos	30.331	-	30.331
Passivos não circulantes:			
Empréstimos e financiamentos	442.508	-	442.508
Impostos diferidos	-	124.824	124.824
Ativos líquidos adquiridos	(50.987)	242.162	191.175
Preço pago a alocar	242.162	(242.162)	-
Contraprestação transferida	191.175	-	191.175

Informações adicionais à aquisição

a) Ativos adquiridos e passivos a serem reconhecidos na data aquisição – preliminar

O valor da transação, foi alocado na data de aquisição aos ativos adquiridos e passivos assumidos a valores justos, incluindo os ativos intangíveis relacionados aos direitos e obrigações de um contrato comercial firmado entre a Log-In e a Alunorte – Alumina do Norte do Brasil S.A., em 20 de abril de 2009, o qual será amortizado pelo prazo remanescente de 19 anos. Consequentemente, o valor da transação foi provisoriamente alocado a ativos e passivos identificados e nenhum valor residual foi alocado como ágio nesta transação.

A Administração da Companhia não espera que o valor alocado como direitos e obrigações de um contrato comercial seja dedutível para fins fiscais e, portanto, constituiu imposto de renda e contribuição social diferidos relacionados à diferença entre o valor alocado e a base fiscal deste ativo.

A alocação inicial do valor da transação está baseada em análises conduzidas pela própria Administração, até que o laudo de avaliação econômico-financeiro seja finalizado. Esta alocação, e consequentemente a contabilização inicial foi provisoriamente efetuada em 23 de dezembro de 2016.

A expectativa da Administração é de que o laudo de alocação do preço pago da aquisição de ativos esteja finalizado até o segundo semestre de 2017.

b) Informações financeiras sobre a receita operacional líquida e lucro líquido da HB Cabotagem incluída nas demonstrações financeiras consolidadas no ano da aquisição.

	Receita	Lucro líquido
HB Cabotagem 23/12/2016 a 31/12/2016	3.533	1.634

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 contemplam 8 dias de operação da HB Cabotagem.

1.2. Divulgações complementares

- Os laudos de avaliação de ativos tangíveis e ativos intangíveis de aquisição dos ativos estão em processo de elaboração; e

- Os grupos de contas que estão sujeitos a alterações são: imobilizado, intangível – contratos e impostos diferidos e ágio.

2. BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Declaração de conformidade

As informações financeiras da Companhia compreendem as informações financeiras individuais e consolidadas preparadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRSs"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB", e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos e as orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão expressas em milhares de reais, arredondadas ao milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra maneira.

b) Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se indicado ao contrário, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente baseia-se no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

A preparação das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, requer que a Administração faça julgamentos e adote premissas e estimativas que afetam a aplicação das políticas e os montantes divulgados de ativos e passivos, receitas e despesas. Essas estimativas e premissas associadas baseiam-se na experiência histórica e em diversos outros fatores que se supõem serem razoáveis em virtude das circunstâncias. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

c) Demonstração do resultado abrangente

Outros resultados abrangentes compreendem itens de receita e despesa que não são reconhecidos na demonstração do resultado como requerido ou permitido pelos pronunciamentos e pelas interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. No caso da Companhia, esses itens poderão ser revertidos para a demonstração do resultado quando da liquidação das operações ou pela alienação das investidas.

d) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. A moeda funcional das controladas no Uruguai e Paraguai é o dólar norte-americano. Os efeitos de conversão da moeda funcional das controladas no exterior para o real é contabilizado no patrimônio líquido como outros resultados abrangentes. Todas as demonstrações financeiras apresentadas em reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

e) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as IFRSs e o CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de práticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As principais estimativas estão relacionadas à avaliação do valor de recuperação de ativos intangíveis (nota explicativa nº 10) e à determinação da vida útil do ativo imobilizado (nota explicativa nº 9).

f) Reapresentação do balanço patrimonial consolidado de 31 de dezembro de 2016

Conforme mencionado na nota explicativa nº 12, o balanço patrimonial consolidado e respectivas notas explicativas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016 estão sendo reapresentados para contemplar os efeitos do descumprimento de determinados "covenants" não financeiros que resultaram na reclassificação de parte da dívida registrada no passivo não circulante para o passivo circulante no montante de R\$1.287.749. Adicionalmente, parte do saldo da conta de caixa e equivalentes de caixa, em 31 de dezembro de 2016, no montante de R\$51.915 foi reclassificado para aplicações financeiras vinculadas no ativo não circulante.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão descritas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados.

a) Bases de consolidação e investimentos em controladas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de entidades controladas diretamente pela Companhia ou indiretamente através de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia:

- Tem poder sobre a investida.
- Está exposta, ou tem direito, a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida.
- Tem a capacidade de usar esse poder para afetar seus retornos.

A Companhia reavalia se retém ou não o controle de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem a ocorrência de alterações em um ou mais de um dos três elementos de controle relacionados anteriormente.

Quando a Companhia não detém a maioria dos direitos de voto em uma investida, ela terá o poder sobre a investida quando os direitos de voto forem suficientes para capacitá-la na prática a conduzir as atividades relevantes da investida de forma unilateral. Ao avaliar se os direitos de voto da Companhia em uma investida são suficientes para lhe conferirem poder, a Companhia considera todos os fatos e circunstâncias relevantes, incluindo:

- A dimensão da participação da Companhia em termos de direitos de voto em relação à dimensão e dispersão das participações dos outros detentores de direitos de voto.
- Direitos de voto em potencial detidos pela Companhia, por outros detentores de direitos de voto ou por outras partes.
- Direitos decorrentes de outros acordos contratuais.

Quaisquer fatos e circunstâncias adicionais que indiquem que a Companhia tem, ou não tem, a capacidade de conduzir as atividades relevantes no momento em que as decisões precisam ser tomadas, incluindo padrões de votação em assembleias anteriores

A consolidação de uma controlada começa quando a Companhia obtém o controle sobre a controlada e termina quando a Companhia perde o controle sobre a controlada. Especificamente, as receitas e despesas de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídas na demonstração do resultado e outros resultados abrangentes a partir da data em que a Companhia obtém o controle até a data em que a Companhia deixa de controlar a controlada.

O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos proprietários da Companhia e às participações de não controladoras. O resultado abrangente total das controladas é atribuído aos proprietários da Companhia e às participações de não controladoras, mesmo se isso gerar saldo negativo para as participações de não controladoras.

Quando necessário, as demonstrações financeiras das controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àsquelas estabelecidas pelo Grupo.

Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas do Grupo são eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas.

Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia as demonstrações financeiras das controladas são reconhecidas pelo método da equivalência patrimonial.

b) Moeda estrangeira

(i) Operações no exterior

Na controladora e nas investidas, os ativos e passivos de operações em moeda diferente da moeda funcional são inicialmente reconhecidos nas demonstrações financeiras pela taxa de conversão vigente na data da transação, e posteriormente são convertidos para moeda funcional (Reais no Brasil, Peso uruguaio no Uruguai e Guaraní no Paraguai) às taxas de câmbio apuradas na data de apresentação. As diferenças são apresentadas na demonstração do resultado do exercício.

Nas demonstrações financeiras consolidadas, os ativos e passivos das controladas são convertidos para reais às taxas de câmbio apuradas na data das demonstrações financeiras apresentadas, e as receitas e despesas são convertidas para reais às taxas de câmbio apuradas nas datas das transações. As diferenças de moedas estrangeiras são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas no patrimônio líquido.

A controlada Girocantex S.A. utiliza instrumentos financeiros derivativos como forma de eliminar a variação cambial nos casos onde a moeda contratada difere da sua moeda funcional e não para propósito de especulação. Os instrumentos financeiros utilizados para proteção são reconhecidos como ativos ou passivos no balanço e mensurados a valor justo.

A Administração da Companhia documenta a relação entre os instrumentos financeiros utilizados como hedge e as estratégias de proteção. O registro contábil dessa operação é realizado no momento da aquisição do instrumento financeiro e atualizado periodicamente.

As variações do valor justo dos instrumentos financeiros de "hedge" de fluxo de caixa efetivo encontram-se registrados em outros resultados abrangentes e são reconhecidos no patrimônio líquido na conta "Ajuste de avaliação patrimonial". Os valores reconhecidos em outros resultados abrangentes no exercício são transferidos para a demonstração de resultados quando a partida protegida do instrumento de "hedge" é realizada.

c) Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia e suas controladas reconhecem os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis.

Ativos financeiros avaliados a valor justo por meio do resultado

Os ativos avaliados a valor justo por meio do resultado são os ativos financeiros: (1) mantidos para negociação no curto prazo; (2) designados ao valor justo com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas para obter informação contábil mais relevante e consistente; ou (3) derivativos. Esses ativos são registrados pelos respectivos valores justos e, para qualquer alteração na mensuração subsequente dos valores justos, a contrapartida é o resultado.

(ii) Passivos financeiros não derivativos

A Companhia e suas controladas reconhecem títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia e suas controladas se tornam parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia e suas controladas baixam um passivo financeiro quando suas obrigações contratuais são liquidadas, canceladas ou vencidas.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e fornecedores. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são medidos pelo custo amortizado por meio do método de juros efetivos.

(iii) Instrumentos financeiros derivativos

Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo; custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo, e as variações no valor justo são registradas como descritas a seguir.

"Hedges" de fluxos de caixa

Quando um derivativo é designado como um instrumento de "hedge" em uma proteção da variabilidade dos fluxos de caixa atribuível a um risco específico associado com um ativo ou passivo reconhecido ou uma transação prevista altamente provável e que poderia afetar o resultado, a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em outros resultados abrangentes e apresentada na reserva de ajuste de avaliação patrimonial no patrimônio líquido. Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado.

Quando o item sujeito a "hedge" é um ativo não financeiro, o valor reconhecido em outros resultados abrangentes é transferido para o valor contábil do ativo quando o ativo é realizado. O valor reconhecido em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado no mesmo exercício em que os fluxos de caixa protegidos ("hedge") afetam o resultado, na mesma linha na demonstração do resultado como item objeto de "hedge". Se não houver mais expectativas quanto à ocorrência da transação prevista, o saldo em outros resultados abrangentes é reconhecido imediatamente no resultado. Em outros casos, o valor reconhecido em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado no mesmo exercício em que o item objeto de "hedge" afeta o resultado.

Caso o instrumento de "hedge" não mais atenda aos critérios de contabilização de "hedge", expire, ou seja, vendido, encerrado, exercido ou tenha sua designação revogada, a contabilização de "hedge" é descontinuada prospectivamente. Os resultados acumulados, anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes e apresentados na reserva de avaliação patrimonial no patrimônio líquido, permanecem ali até que a transação prevista afete o resultado.

Outros derivativos não mantidos para negociação

Quando um instrumento financeiro derivativo não é designado em um relacionamento de "hedge" de fluxo de caixa que se qualifica, todas as variações em seu valor justo são reconhecidas imediatamente no resultado.

d) Reconhecimento da receita

Compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais concedidos ao comprador e outras deduções similares. A receita é reconhecida quando efetivamente realizada, ou seja, quando os seguintes aspectos tiverem sido cumulativamente atendidos: (a) haja evidência da existência de contrato; (b) o serviço tenha sido efetivamente prestado; (c) o preço esteja fixado e determinado; e (d) o recebimento seja provável.

As receitas de navegação e cabotagem são reconhecidas proporcionalmente à evolução das viagens, que duram entre 7 e 20 dias. As demais receitas são reconhecidas no momento da prestação do serviço contratado.

e) Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Os ativos imobilizados são registrados ao custo de aquisição, construção ou formação e estão deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas por redução ao valor recuperável acumulado. Incluem ainda quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que estes estejam em condição de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados e os custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido caso seja provável que traga benefícios econômicos para as controladas e se o custo puder ser mensurado de forma confiável, sendo baixado o valor do componente repostado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

A depreciação é calculada pelo método linear de acordo com a vida útil-econômica, a taxas anuais de: móveis e utensílios, máquinas e equipamentos e equipamentos de processamento de dados - 10%; instalações - 10%; sistema de aplicativos - 20%; equipamento de telefonia - 10%; benfeitorias - 20%; veículos - 20%; barcos e barcas - 6,7%.

f) Ativos intangíveis

(i) Ágio

O ágio resultante da aquisição de controladas é incluído nos ativos intangíveis. Para a mensuração do ágio no reconhecimento inicial, veja a nota explicativa nº 3.a).

(ii) Direito de concessão

Os ágios que tenham sido alocados aos direitos de concessão, assim como aqueles relacionados, mas que não tenham sido alocados diretamente à concessão ou outros ativos e passivos, e que tenham o benefício econômico limitado no tempo (prazo definido), em razão de direito de concessão com vida útil definido, compõem o saldo do ativo intangível e são amortizados pelo exercício do direito de exploração, a partir da entrada em operação das controladas.

(iii) Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis definidas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumulada. A amortização é reconhecida no resultado com base no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, que não ágio, a partir da data em que estão disponíveis para uso, sendo a amortização do direito de uso de software de dez anos.

g) Redução ao valor recuperável

Um ativo financeiro e não financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo e que aquele evento de perda teve efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de maneira confiável.

A Companhia e suas controladas avaliam os ativos do imobilizado e do intangível com vida útil definida quando há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Os ativos com vida útil indefinida, como o ágio, têm a recuperação do seu valor testada anualmente, independentemente de haver indicativos de perda de valor.

Durante o exercício não ocorreram eventos que indicassem a necessidade de revisão do valor recuperável nos ativos financeiros e ativos não financeiros.

h) Provisões

Uma provisão é reconhecida, em virtude de um evento passado, se a Companhia e suas controladas têm uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

i) Pagamento baseado em ações

O valor justo das opções concedidas, determinado na data da outorga, é registrado como despesa no resultado do exercício durante o prazo no qual o direito é adquirido, com base em estimativas da Companhia sobre quais opções concedidas serão eventualmente adquiridas, com correspondente aumento do patrimônio.

j) Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício.

k) Demonstração de valor adicionado

A Companhia elaborou a demonstração do valor adicionado ("DVA") nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

l) Segmentos operacionais

As divulgações dos segmentos operacionais da Companhia são baseadas na estrutura gerencial das demonstrações financeiras e da Administração, a qual segue a segmentação de negócio por região (corredor norte e corredor sul).

m) Imposto de renda e contribuição social

Na controladora, o imposto de renda e a contribuição social são calculados, observando os critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente, pela alíquota regular de 15% acrescida de alíquota adicional de 10% para o imposto de renda e alíquota de 9% para a contribuição social sobre o lucro. No consolidado, o imposto de renda das controladas que estão estabelecidas no Uruguai e Paraguai é calculado com base na legislação aplicável no naqueles países. No entanto, a Companhia e suas controladas não tem apurado lucro tributável. O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos sobre os prejuízos fiscais serão contabilizados quando houver expectativa de geração de lucros tributáveis.

n) Combinação de negócios

Nas demonstrações financeiras consolidadas, as aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é mensurada pelo valor justo. Os custos relacionados à aquisição são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

Os ativos adquiridos e os passivos assumidos identificáveis são reconhecidos pelo valor justo na data da aquisição.

As participações dos acionistas não controladores, que correspondam a participações atuais e conferem aos seus titulares o direito a uma parcela proporcional dos ativos líquidos da Companhia no caso de liquidação, são mensuradas com base no valor justo das participações de não controladoras nos valores reconhecidos dos ativos líquidos identificáveis da adquirida.

As transações relacionadas à aquisição dos ativos da Log-In, incluindo os direitos e obrigações de um contrato comercial e dois navios, mencionadas na nota explicativa nº 1, foram avaliadas de acordo com o CPC 15 (R1) - Combinação de negócios. A forma de apresentação das demonstrações financeiras, incluindo registro contábil e impactos tributários dessas transações, estão detalhadas na nota explicativa nº 1.

o) Descrição dos principais procedimentos de consolidação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia (controladora) e as seguintes empresas investidas diretas, indiretas e controladas em conjunto:

		Participação - %	
	País	31/12/2016	31/12/2015
<u>Controladas diretas</u>			
Hidrovias del Sur S.A.	Uruguai	100,00	100,00
Hidrovias do Brasil - Marabá S.A.	Brasil	100,00	100,00
Baloto S.A. (a)	Uruguai	100,00	100,00
Hidrovias do Brasil - Holding Norte Ltda.	Brasil	100,00	100,00
Hidrovias do Brasil – Intern. e Agenc. Serv. Ltda. (b)	Brasil	100,00	-
Hidrovias do Brasil – Cabotagem Ltda. (c)	Brasil	100,00	-
<u>Controladas indiretas</u>			
Girocantex S.A.	Uruguai	100,00	100,00
Girocantex S.A. - Filial Paraguai	Paraguai	100,00	100,00
Hidrovias del Paraguay S.A.	Paraguai	100,00	100,00
Pricolpar S.A.	Paraguai	100,00	100,00
Cikelsol S.A.	Uruguai	100,00	100,00
Hidrovias do Brasil - Miritituba S.A.	Brasil	100,00	100,00
Hidrovias do Brasil - Navegação Norte S.A.	Brasil	100,00	100,00
Hidrovias do Brasil - Vila do Conde S.A.	Brasil	100,00	100,00
<u>Controladas em conjunto</u>			
Obrinel S.A.	Uruguai	49,00	49,00
Limday S.A.	Uruguai	44,55	44,55

(a) 4,94% de participação direta e 95,06% de participação indireta através da controlada Hidroviás Del Sur.

(b) Empresa constituída em 24 de maio de 2016.

(c) Empresa constituída em 16 de setembro de 2016, a qual realizou a combinação de negócios descrita na nota explicativa nº1.

Normas e interpretações novas e revisadas, aplicáveis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016

As normas internacionais de relatório financeiro (IFRSs) novas e revisadas a seguir, em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2016, foram adotadas nas demonstrações financeiras. A adoção dessas IFRSs novas e revisadas, aplicáveis à Companhia, não teve nenhum efeito relevante sobre os valores reportados e/ou divulgados para o período corrente.

Pronunciamento	Descrição
Alterações à IFRS 10, IFRS 12 e IAS 28	Entidades de Investimento: Aplicando a Exceção de Consolidação
Alterações à IFRS 11	Contabilizações de Aquisições de Participações em Operações Conjuntas
Alterações à IAS 1	Iniciativa de Divulgação
Alterações à IAS 16 e IAS 38	Esclarecimento sobre os Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização
Melhorias Anuais	Ciclo de IFRSs 2012-2014

Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas

Pronunciamento	Descrição
IFRS 9	Instrumentos Financeiros (b)
IFRS 15	Receitas de Contratos com Clientes (b)
IFRS 16	Arrendamentos (c)
IFRS 17	Contratos de Seguro (d)
Alterações à IFRS 2	Classificação e Mensuração de Transações de Pagamentos Baseados em Ações
Alterações à IFRS 10 e IAS 28	Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou "Joint Venture" (e)
Alterações à IAS 7	Iniciativa de Divulgação (a)
Alterações à IAS 12	Reconhecimento de Impostos Diferidos Ativos para Perdas a Realizar (a)
IFRIC 22	Transações com Adiantamentos em Moedas Estrangeiras (b)
IFRIC 23	Incertezas sobre Tratamento Fiscal – Imposto de Renda (c)
Melhorias Anuais	Ciclo de IFRSs 2014–2016 (a) (b)

- (a) Em vigor para exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2017, com adoção antecipada permitida.
- (b) Em vigor para exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida.
- (c) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019, com adoção antecipada permitida.
- (d) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2021, com adoção antecipada permitida.
- (e) Em vigor para exercícios anuais iniciados em ou após uma data a ser determinada.

A Administração da Companhia não estimou a extensão dos possíveis impactos dos novos pronunciamentos, orientações e interpretações em suas Demonstrações Financeiras.

Reapresentação das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2015

A Administração da Companhia, com o objetivo de aprimoramento do conjunto de suas demonstrações financeiras, revisitou as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e concluiu pela necessidade de reapresentação do passivo e patrimônio líquido, conforme prevê o Pronunciamento Técnico CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erro.

As reclassificações não produziram efeitos no lucro líquido, nos saldos de ativo e passivo, nas demonstrações do resultado e dos fluxos de caixa, como originalmente apresentados.

As reclassificações, efetuadas para fins melhor apresentação, tratam-se do reconhecimento do ágio da controlada indireta Baloto S.A. reclassificados de outros resultados abrangentes para prejuízos acumulados referentes a exercícios anteriores.

As reclassificações efetuadas afetaram somente o patrimônio líquido estão resumidas a seguir:

	Controladora e Consolidado		
	Apresentado 31/12/2015	Ajustes	Reapresentado 31/12/2015
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	1.072.386	-	1.072.386
Custo na emissão de títulos patrimoniais	(24.270)	-	(24.270)
Reservas de capital	7.327	-	7.327
Prejuízos acumulados	(132.332)	6.438	(125.894)
Outros resultados abrangentes	192.079	(6.438)	185.641
Total do patrimônio líquido	<u>1.115.190</u>	<u>-</u>	<u>1.115.190</u>

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016 (Reclassificado)	31/12/2015
Caixa e depósitos bancários	<u>352</u>	<u>11.816</u>	<u>95.182</u>	<u>108.037</u>
Total	<u>352</u>	<u>11.816</u>	<u>95.182</u>	<u>108.037</u>

5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

5.1 TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Fundo Itaú PP Portfólio				
(a)	140.505	95.417	167.196	172.691
Fundo Bradesco DI Referenciado (b)	-	-	-	31.202
Total	<u>140.505</u>	<u>95.417</u>	<u>167.196</u>	<u>203.893</u>

- (a) Aplicações financeiras que representam investimentos no Fundo Itaú PP Portfólio, referenciado na variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, com remuneração média de 100,9% (103,7% em 31 de dezembro de 2015) do CDI. A carteira do fundo é composta exclusivamente por títulos de renda fixa, distribuídos entre títulos públicos federais, operações compromissadas, cotas de fundos e outros títulos de instituições financeiras.
- (b) Aplicações financeiras que representam investimentos no Fundo Bradesco DI Referenciado, atrelados pela variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, com remuneração média de 98,80% do mesmo indicador (99,1% em 31 de dezembro de 2015). A carteira do fundo é composta exclusivamente por títulos de renda fixa, distribuídos entre títulos públicos federais, operações compromissadas, cotas de fundos e outros títulos de instituições financeiras.

5.2 APLICAÇÕES FINANCEIRA VINCULADAS – CONSOLIDADO

	31/12/2016 (Reclassificado)
Projeto Vale (*)	<u>51.915</u>

- (*) Em 2016, a controlada Girocantex S.A., constituiu um fundo de investimento no Banco Deutsche Bank Trust Company Americas, que está atrelado ao empréstimo do Projeto Vale (exigência contratual). O saldo de 31 de dezembro de 2016 no montante de R\$51.915 foi classificado originalmente na conta de caixa e equivalentes de caixa e foi reclassificado para a rubrica de aplicações financeiras vinculadas para melhor apresentação.

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES - CONSOLIDADO

Em 31 de dezembro de 2016, a composição e os vencimentos dos saldos de contas a receber de clientes é conforme segue:

	Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015
Clientes no exterior (*)	18.878	21.762
Clientes nacionais (**)	4.223	-
Total	<u>23.101</u>	<u>21.762</u>

- (*) Referem-se aos saldos das controladas indiretas Girocantex, de R\$18.625 (R\$21.720 em 31 de dezembro de 2015), da Cikelsol R\$253 (R\$42 em 31 de dezembro de 2015).

- (**) Referem-se aos saldos das controladas indiretas Vila do Conde de R\$96 (R\$0 em 31 de dezembro de 2015) Navegação Norte de R\$234 (R\$0 em 31 de dezembro de 2015) e Cabotagem de R\$3.893 (R\$0 em 31 de dezembro de 2015).

Composição do contas a receber por idade de vencimento

	Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015
A vencer	11.195	15.136
Vencido até 30 dias	-	6.626
Vencidos de 60 a 90 dias	9.943	-
Vencidos de 90 a 120 dias	894	-
Vencidos de 120 a 180 dias	1.069	-
Total	<u>23.101</u>	<u>21.762</u>

7. GARANTIAS E DEPÓSITOS CAUÇÃO

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Projeto Vale (a)	74.959	89.797	74.959	89.797
Projeto Obrinel (b)	15.970	19.131	15.970	19.131
Outros	303	121	322	152
Total	<u>91.232</u>	<u>109.049</u>	<u>91.251</u>	<u>109.080</u>
Classificado como:				
Circulante	15.970	19.131	15.989	19.144
Não circulante	75.262	89.918	75.262	89.936

- (a) Em 9 de outubro de 2013, a Companhia concedeu recursos financeiros para a Girocantex no montante de US\$23.000 mil, referente a garantia estabelecida nos termos e condições do "Project Funds Support and Corporate Guarantee Agreement – PFSCGA". Este depósito deverá ser liberado após a comprovação da performance dos ativos de navegação do Projeto Vale, que será confirmada por meio da constatação de seis viagens percorridas por cada comboio e outras condições de liberação previstas para o ano de 2017.

- (b) Em 25 de julho de 2014, a Companhia concedeu recursos financeiros para a Obrinel no montante de US\$4.900 mil, em cumprimento aos termos e condições da Garantia de Finalização do Projeto assinado em 13 de junho de 2014. Este depósito deverá ser liberado após a comprovação de conclusão da obra e execução financeira (Financial Completion) do projeto Obrinel, que será confirmada por meio da constatação da finalização técnica da construção das instalações portuárias e outras condições de liberação até o início da operação prevista para ano de 2017.

8. INVESTIMENTOS

Nenhuma das empresas cujos investimentos são avaliados pelo método de equivalência patrimonial tem suas ações negociadas em bolsa de valores.

Composição dos investimentos	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Participações societárias avaliadas por equivalência patrimonial	929.596	882.806	64.936	95.439
Total	<u>929.596</u>	<u>882.806</u>	<u>64.936</u>	<u>95.439</u>

O saldo do consolidado refere-se à Limday R\$14.308 (R\$16.249 em 31 de dezembro de 2015) e à Obrinel R\$50.628 (R\$79.190 em 31 de dezembro de 2015), registrados por equivalência patrimonial, conforme o pronunciamento técnico CPC 19 (R2) e a IFRS 11.

	Controladora					
	31/12/2015			31/12/2016		
	Saldo inicial dos investimentos	Aumento de capital	Resultado de equivalência patrimonial	Ajuste de avaliação patrimonial	Resultado de conversão de moeda	Saldo final dos investimentos
Baloto S.A.	19.397	-	(785)	-	(3.200)	15.412
Hidroviás del Sur	441.709	11.665	63.342	13.941	(80.230)	450.427
HB Marabá	9.276	313	(328)	-	-	9.261
Hidroviás del Paraguay	(11)	-	(1)	-	-	(12)
Hidroviás do Norte	412.432	72.944	(96.401)	-	-	388.975
Pricolpar	3	-	-	-	3	6
Cabotagem	-	63.400	1.635	-	-	65.035
Intermediação	-	453	39	-	-	492
Total	882.806	148.775	(32.499)	13.941	(83.427)	929.596

A movimentação dos investimentos da controladora e do consolidado no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 está apresentada a seguir:

	Consolidado			
	31/12/2015	31/12/2016		
	Saldo inicial dos investimentos	Resultado de equivalência patrimonial	Resultado de conversão de moeda	Saldo final dos investimentos
Limday	16.249	1.135	(3.076)	14.308
Obrinel	79.190	(15.896)	(12.666)	50.628
Total	<u>95.439</u>	<u>(14.761)</u>	<u>(15.742)</u>	<u>64.936</u>

A movimentação dos investimentos da controladora e do consolidado no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 está apresentada a seguir:

	Controladora					
	31/12/2014	31/12/2015				
	Saldo inicial dos investimentos	Aumento de capital	Ajuste de avaliação patrimonial	Resultado de equivalência patrimonial	Resultado de conversão de moeda	Saldo final dos investimentos
Baloto	13.334	-	-	(185)	6.248	19.397
Hidroviás del Sur	304.514	26.891	(13.129)	(27.241)	150.674	441.709
HB Vila do Conde	148.941	-	-	(445)	-	-
HB Marabá	9.294	285	-	(303)	-	9.276
HB Miritituba	69.386	-	-	312	-	-
HB Navegação Norte	58.302	-	-	116	-	-
Hidroviás del Paraguay	-	-	-	(8)	(3)	(11)
Hidroviás do Norte	-	148.088	-	(12.268)	-	412.432
Pricolpar	-	-	-	2	1	3
Total	603.771	175.264	(13.129)	(40.020)	156.920	882.806

	Consolidado			
	31/12/2014	31/12/2015		
	Saldo inicial dos investimentos	Resultado de equivalência patrimonial	Resultado de conversão de moeda	Saldo final dos investimento
Limday	11.390	651	4.208	16.249
Obrinel	56.561	(10.705)	33.334	79.190
Total	67.951	(10.054)	37.542	95.439

As principais informações sobre as controladas diretas, indiretas e em conjunto são apresentadas a seguir:

	31/12/2016					
	Quantidade de ações	Total de ativos	Total de passivos	Patrimônio líquido	(Prejuízo) lucro das empresas no exercício	Receitas líquidas (*)
<u>Controladas diretas</u>						
Hidroviás del Sur	2.828.608.315	1.302.389	851.962	450.427	63.342	304.820
HB Marabá	20.000.000	9.313	52	9.261	(328)	-
HB Cabotagem	63.400.000	794.979	729.944	65.035	1.635	3.893
HB Intermediação	454.000	732	240	492	38	248
Hidroviás do Norte	496.971.094	1.375.877	986.902	388.975	(96.401)	111.109
<u>Controladas indiretas e em conjunto</u>						
Limday	96.302.000	42.034	9.914	32.120	2.548	19.189
Obrinel	423.323.815	280.057	175.630	104.427	(31.260)	13.217
Baloto	208.927.039	53.833	50	53.783	(15.884)	-
Girocantex	2.422.140.009	1.102.508	758.656	343.852	75.246	275.856
Hidroviás del Paraguay	450.000	28.378	59.680	(31.302)	(2.182)	66.994
Pricolpar	225.000	31.851	7.486	24.365	(3.204)	11.949
Cikelsol	800.000	141.920	109.422	32.498	8.541	67.626
HB Vila do Conde	253.934.860	716.194	524.084	192.110	(51.463)	34.899
HB Miritituba	115.961.546	359.939	284.382	75.557	(35.643)	17.837
HB Navegação Norte	134.289.228	477.895	355.477	122.418	(9.299)	58.373

(*) Inclui as receitas entre grupos.

31/12/2015

	Quantidade de ações	Total de ativos	Total de passivos	Patrimônio líquido	(Prejuízo) lucro das empresas no exercício	Receitas líquidas (*)
<u>Controladas</u>						
<u>diretas</u>						
Hidroviás del Sur	2.828.608.315	1.457.328	1.015.752	441.576	(75.830)	196.223
HB Marabá	20.000.000	9.303	27	9.276	(706)	-
Hidroviás do Norte	389.445.000	1.176.736	762.687	414.049	(6.088)	-
<u>Controladas</u>						
<u>indiretas e em conjunto</u>						
Limday	96.302.000	53.610	15.684	37.926	1.461	17.476
Obrinel	423.323.815	172.483	94.213	78.270	-	-
Baloto	208.927.039	78.273	10	78.263	(3.062)	-
Girocantex	2.422.140.009	1.180.335	868.454	311.881	(10.557)	148.762
Hidroviás del Paraguay	450.000	28.107	63.177	(35.070)	(15.680)	60.327
Pricolpar	225.000	39.082	6.337	32.745	(11.324)	32.897
Cikelsol	800.000	159.967	130.655	29.312	(1.704)	81.036
HB Vila do Conde	217.000.000	705.314	481.442	223.872	(5.096)	-
HB Miritituba	84.000.000	316.995	216.498	100.497	(607)	-
HB Navegação Norte	87.995.000	277.842	188.184	89.658	(400)	-

(*) Inclui as receitas entre grupos.

9. IMOBILIZADO

A composição e movimentação do ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 é como segue:

Controladora	Instalações e benfeitorias	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Equipamentos eletrônicos e informática	Imobilizado em andamento	Total
Saldo em 31/12/2015	248	84	309	272	1.551	2.464
Adições	-	-	37	42	8.840	8.919
Baixas	-	-	-	-	-	-
Depreciação	(98)	(14)	(38)	(108)	-	(258)
Saldo em 31/12/2016	150	70	308	206	10.391	11.125
Custo histórico	575	145	407	682	10.391	12.200
Depreciação Acumulada	(425)	(75)	(99)	(476)	-	(1.075)

Controladora	Instalações e benfeitorias	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Equipamentos eletrônicos e informática	Imobilizado em andamento	Total
Saldo em 31/12/2014	281	83	312	365	-	1.041
Adições	77	15	32	51	1.551	1.726
Baixas	-	-	-	-	-	-
Depreciação	(110)	(14)	(35)	(144)	-	(303)
Saldo em 31/12/2015	248	84	309	272	1.551	2.464
Custo histórico	575	146	370	639	1.551	3.281
Depreciação Acumulada	(327)	(62)	(61)	(367)	-	(817)

Consolidado	Terrenos	Edificações	Instalações e benfeitorias	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Equipamentos eletrônicos e informática	Veículos	Empurradores e barcas e navios	Imobilizado em andamento	Total
Saldo em 31/12/2015	49.025	-	358	239	697	833	516	1.143.792	1.009.237	2.204.697
Adições	-	-	-	3	1.213	722	-	1.355	384.005	387.298
Combinação de negócios (*)	-	-	-	-	-	-	-	445.157	-	445.157
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	20.083	530.537	(357)	(227)	256.155	-	-	173.150	(979.341)	-
Depreciação	-	(14.508)	(130)	(53)	(17.292)	(359)	(104)	(50.701)	-	(83.147)
Ajustes de tradução	(13.504)	-	323	181	(4)	(56)	(71)	(144.325)	(39.856)	(197.312)
Saldo em 31/12/2016	<u>55.604</u>	<u>516.029</u>	<u>194</u>	<u>143</u>	<u>240.769</u>	<u>1.140</u>	<u>341</u>	<u>1.568.428</u>	<u>374.045</u>	<u>2.756.693</u>
Custo histórico	55.604	530.535	943	347	258.183	2.133	676	1.671.321	374.045	2.893.787
Depreciação Acumulada	-	(14.506)	(749)	(204)	(17.414)	(993)	(335)	(102.893)	-	(137.094)

(*) Combinação de negócios Log-in (nota explicativa nº1).

Consolidado	Terrenos	Instalações e benfeitorias	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Equipamentos eletrônicos e informática	Veículos	Empurradores e barcas	Imobilizado em andamento	Total
Saldo em 31/12/2014	35.521	616	413	633	752	501	647.846	399.121	1.085.403
Adições	4.880	287	16	114	104	-	174.886	652.273	832.560
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	8.624	-	-	-	-	-	122.759	(131.383)	-
Depreciação	-	(187)	(58)	(79)	(173)	(130)	(35.740)	-	(36.367)
Ajustes de tradução	-	(358)	(132)	29	150	145	234.041	89.226	323.101
Saldo em 31/12/2015	<u>49.025</u>	<u>358</u>	<u>239</u>	<u>697</u>	<u>833</u>	<u>516</u>	<u>1.143.792</u>	<u>1.009.237</u>	<u>2.204.697</u>
Custo histórico	49.025	1.005	403	834	1.517	776	1.209.772	1.009.237	2.272.569
Depreciação Acumulada	-	(647)	(164)	(137)	(684)	(260)	(65.980)	-	(67.872)

Imobilizado em andamento

<u>Consolidado</u>	<u>Saldo líquido</u>		<u>Data de entrada em operação</u>
	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>	
Projeto Miritituba (ETC)	26.256	218.376	2T16
Projeto Vila do Conde (TUP)	92.544	470.350	2T16
Projeto Navegação (Embarcações)	218.821	272.053	(*)
Outros projetos	36.424	48.458	-
Total	<u>374.045</u>	<u>1.009.237</u>	

(*) O saldo em andamento no ativo da controlada indireta HB Navegação Norte, trata-se dos investimentos atrelados à construção de empurradores e serão transferidos para imobilizado em serviço conforme a entrega dos empurradores.

Teste de redução ao valor recuperável de ativos - "impairment"

De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRSs, os itens de ativo imobilizado que apresentam indicativos de que seus custos registrados são superiores a seus valores recuperáveis são revisados detalhadamente para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, com base nos estudos efetuados anualmente, não foram identificados indicadores da necessidade da realização de teste para provisão para redução a seu valor recuperável.

10. INTANGÍVEL

<u>Controladora</u>	<u>Software</u>	<u>Intangível em andamento</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31/12/2015	4.070	14.105	18.175
Adições	-	1.603	1.603
Baixas	-	-	-
Transferências	12.688	(12.688)	-
Amortização	(3.900)	-	(3.900)
Saldo em 31/12/2016	<u>12.858</u>	<u>3.020</u>	<u>15.878</u>
Taxa anual de amortização - %	20	-	-
Custo histórico	18.628	3.020	21.648
Amortização acumulada	(5.770)	-	(5.770)

<u>Consolidado</u>	<u>Software</u>	<u>Contrato de Concessão (a)</u>	<u>Contratos (b)</u>	<u>Ágio (c)</u>	<u>Intangível em andamento</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31/12/2015	4.362	15.522	-	7.026	20.569	47.479
Adições	149	-	-	3.088	3.426	6.663
Combinação de negócios	-	-	343.681	-	-	343.681
Baixas	-	-	-	-	-	-
Transferências	12.688	-	-	-	(12.688)	-
Amortização	(3.980)	-	(423)	(430)	-	(4.833)
Ajuste de tradução	(36)	(2.566)	-	(1.645)	(2.823)	(7.070)
Saldo em 31/12/2016	<u>13.183</u>	<u>12.956</u>	<u>343.258</u>	<u>8.039</u>	<u>8.484</u>	<u>385.920</u>
Taxa anual de amortização - %	20	(*)	(*)	10	-	-
Custo histórico	19.123	12.956	343.258	9.983	8.484	393.804
Amortização acumulada	(5.940)	-	-	(1.944)	-	(7.884)

(a) Contrato de concessão

O direito de concessão da Baloto, de R\$12.956 (R\$15.522 em 31 de dezembro de 2015), registrado como investimento na controladora, está fundamentado em estudos desenvolvidos pela Companhia sobre a rentabilidade futura das operações da Baloto e que suportam a contabilização do direito de concessão. O direito de concessão será amortizado em 20 anos, correspondente ao exercício do direito de exploração, a partir da entrada em operação do referido empreendimento. O direito de concessão apurado na aquisição da Baloto está sendo registrado na mesma moeda funcional da controlada indireta no exterior. Os efeitos da variação cambial, entre a moeda funcional da Companhia e da Baloto, são contabilizados no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes - Diferença de câmbio na conversão de operações no exterior.

A amortização será efetuada em 20 anos (exercício de exploração) a partir do início da operação previsto para o ano de 2017.

(b) Combinação de negócios Log-in (nota explicativa nº1).

(c) Ágio

O ágio foi gerado na aquisição de 44,55% das ações representativas do capital social da Limday. O ágio da Limday de R\$8.039 (R\$7.026 em 31 de dezembro de 2015) está fundamentado em estudos desenvolvidos sobre a rentabilidade futura das operações.

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, utilizando a premissa de cálculo sobre os fluxos de caixa futuros gerados pelo contrato de concessão e aplicando a taxa de desconto, não foi identificada a necessidade de constituição de provisão para "impairment".

11. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Fornecedores nacionais	1.498	1.104	39.355	92.343
Fornecedores estrangeiros	-	924	587	26.451
Total	<u>1.498</u>	<u>2.028</u>	<u>39.942</u>	<u>118.794</u>

A Companhia coloca em prática suas políticas de gerenciamento dos riscos financeiros para garantir que todas as obrigações sejam pagas conforme os termos originalmente acordados.

11.1. CONTAS A PAGAR COM INTERMEDIÇÃO BANCÁRIA

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Companhia através de suas controladas, firmou contratos de risco sacado com os Bancos ABC e Fibra, no montante de R\$14.129 e R\$53.702, respectivamente. Esses contratos, substancialmente, transferem as obrigações dos credores originais aos bancos acima mencionados, adicionalmente esses contratos não alteraram os vencimentos nem os valores devidos.

12. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Vencimento final	Taxa de juros - a.a.	Consolidado	
			31/12/2016	31/12/2015
Girocantex e Hidrovias del Paraguay:				
Financiamento de projetos (a)	Mai/26	4,3% e 4,5% + Libor	274.121	350.965
Financiamento de projetos (a)	Mai/26	4,3% e 4,5% + Libor	274.121	350.654
Financiamento de projetos (a)	Mai/26	4,3% + Libor	79.073	85.963
Cikelsol:				
Financiamento de projetos (b)	Dez/19	3,85% + Libor	80.170	123.640
HB Vila do Conde:				
Empréstimo ponte para financiamento de projeto (c) e (e)	Jan/27	5% + TJLP	408.569	402.526
Cédula de Crédito Bancária (g)	Dez/16	3,5% + CDI	10.000	-
HB Miritituba:				
Empréstimo ponte para financiamento de projeto (c) e (f)	Jan/28	119% do CDI	190.118	161.943
HB Navegação Norte:				
Empréstimo ponte para financiamento de projeto (c) e (d)	Jun/32	118% do CDI	248.528	90.798
HB Hidrovias do Brasil:				
Cédula de Crédito Bancária (h)	Mar/17	4,0% + CDI	15.683	-
HB Cabotagem:				
Cédula de Crédito Bancária (i)	Jun/32	2,5% + Ptax 800 BCB (USD)	472.215	-
Total			<u>2.052.598</u>	<u>1.566.489</u>
Classificado como:				
Circulante			1.362.888	663.552
Não circulante			689.710	902.937

A movimentação dos empréstimos e financiamentos consolidados é conforme segue:

Controladas	Saldo Inicial 31/12/2015	Combinação de negócios	Liberações	Juros incorridos	Pagamento de principal	Pagamento de juros	Ajuste de Conversão	Variação Cambial	Saldo Final 31/12/2016
Hidrovias do Brasil	-	-	15.000	683	-	-	-	-	15.683
Vila do Conde	402.526	-	435.026	50.235	(396.662)	(72.556)	-	-	418.569
Miritituba	161.943	-	184.962	19.174	(146.000)	(29.961)	-	-	190.118
Navegação	90.798	-	238.356	18.728	(80.000)	(19.354)	-	-	248.528
Cikelsol	123.640	-	-	3.355	-	(30.562)	(16.263)	-	80.170
Girocantex	787.582	-	-	31.422	(31.732)	(35.030)	(124.927)	-	627.315
Cabotagem	-	472.839	-	808	-	-	-	(1.432)	472.215
	<u>1.566.489</u>	<u>472.839</u>	<u>873.344</u>	<u>124.405</u>	<u>(654.394)</u>	<u>(187.463)</u>	<u>(141.190)</u>	<u>(1.432)</u>	<u>2.052.598</u>

Descrição dos contratos de empréstimos e financiamentos

- (a) Em 24 de julho de 2013, as controladas indiretas Girocantex e Hidroviás del Paraguay contrataram financiamento em moeda estrangeira de até US\$238.000 mil com o objetivo de financiar a construção de 8 (oito) empurradores e 144 (cento e quarenta e quatro) barcas e demais custos indiretos relativos ao contrato de transporte fluvial de minério de ferro com a Vale. Os juros e principal estão sendo pagos semestralmente em 12 anos desde de novembro de 2013 e 2016, respectivamente.
- (b) Em 15 de janeiro de 2015, a controlada indireta Cikelsol contratou financiamento em moeda estrangeira equivalente a R\$94.500 (US\$35.000 mil). Os juros e o principal estão sendo pagos em 10 parcelas semestrais desde 16 de julho de 2015.
- (c) Em 25 de fevereiro de 2015, as controladas indiretas HB Vila do Conde, HB Miritituba e HB Navegação Norte contrataram empréstimo ponte para financiamento de projetos no montante total de R\$630.000, dos quais foram recebidos R\$260.000 referente a 1ª parcela, em 23 de junho de 2015 as controladas indiretas HB Vila do Conde e HB Miritituba receberam R\$266.000 referente a 2ª parcela, em 05 de novembro de 2015 a controlada indireta HB Vila do Conde recebeu R\$83.600 referente a 3ª parcela, e em 30 de março de 2016 a controlada indireta HB Vila do Conde recebeu R\$20.400 referente a 4ª parcela. Os juros e o principal foram pagos em parcela única em 15 de julho de 2016.
- (d) Em 18 de março de 2016, a controlada indireta HB Navegação Norte celebrou o contrato de Financiamento com Recursos do Fundo da Marinha Mercante (FMM), no valor total de R\$430.823 sendo a primeira parcela liberada no montante de R\$188.489 em 15 de julho de 2016.
- (e) Em 27 de abril de 2016, a controlada indireta HB Vila do Conde celebrou o contrato de Financiamento Mediante Repasse de Recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, no valor total de R\$429.850, sendo a primeira parcela liberada no montante de R\$404.000 em 15 de julho de 2016.
- (f) Em 26 de junho de 2016, a controlada indireta HB Miritituba celebrou o contrato de Financiamento no valor total de R\$189.266, sendo a primeira parcela liberada no montante de R\$175.962 em 15 de julho de 2016, a segunda parcela liberada nos montantes R\$6.500 e R\$2.500 em 13 de setembro de 2016 e 30 de setembro de 2016, respectivamente.
- (g) Em 18 de maio de 2016, a controlada indireta HB Vila do Conde celebrou o contrato de Cédula de Crédito Bancário com o Itaú Unibanco S.A. ("Itaú"), no valor total de R\$10.000, com sua liquidação prevista para o primeiro trimestre de 2017.
- (h) Em 23 de setembro de 2016, a Companhia celebrou o contrato de Cédula de Crédito Bancário com o Banco Pine, no valor total de R\$15.000, com sua liquidação prevista para 22 de março de 2017.
- (i) Em 23 de dezembro de 2016, a Companhia adquiriu através da sua controlada indireta HB Cabotagem que em negociação junto a Log-In assumiu o contrato de Cédula de Crédito Bancário com o BNDES, no valor total de R\$472.839, referente a aquisição de 2 navios graneleiros, os pagamentos ocorrerão mensalmente com a liquidação final prevista para 10 de junho de 2032. As garantias estão atreladas aos ativos adquiridos e ao contrato comercial firmado com a Allunorte.

Os referidos instrumentos descritos na letra (d), (e), e (f), integram o financiamento estruturado (project finance) para o Projeto Norte das suas controladas HB Miritituba, HB Navegação e HB Vila do Conde, que engloba a construção de uma Estação de Transbordo de Cargas – ETC, de comboios de navegação fluvial e de um Terminal de Uso Privado – TUP, respectivamente, no Estado do Pará.

Fiança

Em 17 de dezembro de 2013, a Hidroviás do Brasil através de suas controladoras indiretas HB Miritituba e HB Vila do Conde constituiu a garantia de execução para os projetos dos respectivos terminais por uma exigência do órgão regulador ANTAQ no valor total de R\$17.518. A vigência desta fiança está atrelada ao tempo de operação do corredor Norte.

Garantias

Os empréstimos e financiamentos possuem garantias da Hidroviás do Brasil através de avais, ou notas promissórias ou depósitos em contas bancárias.

Cláusulas restritivas

A Companhia, através de suas controladas, possui cláusulas restritivas contratuais atreladas a alguns financiamentos, as quais podem, em caso de não conformidade, levar ao vencimento antecipado da dívida. Essas cláusulas estão relacionadas com índices financeiros como cobertura do serviço da dívida, endividamento, liquidez e de obrigações operacionais.

A controlada Girocantex possui as seguintes cláusulas:

1. Dívida financeira dividida pelo ativo total menos o passivo total, excluindo os intangíveis sendo menor que 2,0.
2. Lucro líquido somado as despesas financeiras e itens não caixa dividido pelo pagamento de principal dos últimos seis meses sendo maior ou igual a 1,3.
3. Ativo circulante menos despesas antecipadas divididas pelo passivo circulante sendo maior ou igual a 1,0.
4. Dívida financeira dividido pela soma da dívida financeira somada ao patrimônio líquido inferior a 70%.

A controlada Cikelsol possui a seguinte cláusula:

1. Geração de caixa operacional dividido pelo pagamento de principal e juros do período sendo 1,0 ou superior ao fim de cada semestre baseando nos últimos 12 meses.

As controladas integrantes da Hidroviás do Brasil – Holding Norte representam o denominado “Projeto Norte” a qual inclui as seguintes empresas controladas indiretas da Companhia: HB Holding Norte, Hidroviás do Brasil – Miritituba, Hidroviás do Brasil – Navegação Norte, Hidroviás do Brasil – Vila do Conde. Os contratos de financiamento possuem as seguintes cláusulas restritivas vigentes:

1. Manter a relação Patrimônio líquido/ativo total maior ou igual a 0,2.
2. As SPEs também possuem determinadas cláusulas relativas a “covenants” não financeiros (operacionais).

Descumprimento no atendimento de determinados “covenants” não financeiros (representação)

De acordo com comunicações recebidas dos credores integrantes do Sindicato dos Bancos do Projeto Norte (Basa, BB, Itaú BBA), ocorreu o inadimplemento no cumprimento, pelas SPEs, de determinados “covenants” não financeiros, como detalhado a seguir:

- (i) As SPEs não terem realizado a entrega ao Agente Depositário, do Orçamento Anual de O&M referente ao ano-calendário de 2017 até 15 de dezembro de 2016.

- (ii) As SPEs não terem preenchidas integralmente as Contas Reservas de O&M até 31 de dezembro de 2016.
- (iii) As SPEs não terem preenchidas integralmente as Contas Reservas do Serviço da Dívida, conforme o caso, até 10 de dezembro de 2016 ou 15 de dezembro de 2016.
- (iv) As SPEs terem contratado mútuos não onerosos com a HBSA no valor agregado de R\$132.000 até R\$150.000, dependendo do banco credor.

Conforme carta recebida do Banco do Brasil em 14 de novembro de 2017, informando que a Administração da Companhia realizou, no dia 11 de novembro de 2016 na sede do BNDES, com participação dos demais credores integrantes do Sindicato de Bancos do Projeto Norte (Basa, BB e Itaú BBA), reunião presencial a fim de evidenciar, antes dos prazos requeridos pelos contratos de financiamento, a impossibilidade de se cumprir alguns "covenants" não financeiros, fato que iniciou em um processo de discussão com todos os credores em relação à forma mais adequada para as partes envolvidas (credores e Companhia) de como sanar as pendências apontadas. Desde essa comunicação prévia feita pela Companhia, os credores, optaram, por sua mera discricionariedade, conforme preveem os contratos de financiamento, a não acelerar o vencimento antecipado da dívida.

O processo de negociação se encerrou com a assinatura dos seguintes Acordos:

Data	Instituição financeira	Acordo de anuência
29.08.2017	Banco do Brasil	Anuência ("waiver") para saneamento dos descumprimentos contratuais no âmbito do contrato de abertura de crédito para financiamento mediante repasse de recursos do BNDES no. 20/01156-3, e do contrato de cessão fiduciária de direitos, cessão condicional, administração de contas e outras avenças
11.09.2017	Itaú Unibanco	Anuência ("waiver") para regularização de irregularidades no âmbito do contrato de abertura de crédito para financiamento mediante repasse de recursos do BNDES no. 20/01156-3, e do contrato de cessão fiduciária de direitos, cessão condicional, administração de contas e outras avenças
28.09.2017	BASA	Anuência ("waiver") para regularização de irregularidades no âmbito da cédula de crédito bancário no.048-15-002-2 emitida em 30.12.2015, e do contrato de cessão fiduciária de direitos, cessão condicional, administração de contas e outras avenças

O processo de negociação se encerrou com a assinatura de acordos de anuência, que resultaram no reconhecimento de "waiver fee" no montante de R\$10.585, registrado como despesas financeiras no trimestre findo em 30 de setembro de 2017.

Reapresentação do balanço patrimonial consolidado de 2016

O balanço patrimonial consolidado e respectivas notas explicativas relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016 estão sendo reapresentados para contemplar os efeitos do descumprimento de determinados "covenants" não financeiros que resultaram na classificação de parte da dívida registrada no passivo não circulante para o passivo circulante no montante de R\$1.287.749.

O quadro a seguir demonstra a reclassificação dos saldos em 31 de dezembro de 2016, por SPEs, considerando os efeitos de "default" e de "cross default":

	Originalmente apresentado			Reclassificações	Reapresentado		
	Circulante	Não circulante	Total		Circulante	Não circulante	Total
Projeto Norte:							
Vila do Conde	10.000	408.569	418.569	408.569	418.569	-	418.569
Miritituba	1.152	188.966	190.118	188.966	190.118	-	190.118
Navegação Norte	-	248.528	248.528	248.528	248.528	-	248.528
Hidroviás do Brasil	15.683	-	15.683	-	15.683	-	15.683
Subtotal	26.835	846.063	872.898	846.063	872.898	-	872.898
Cabotagem (*)	30.529	441.686	472.215	441.686	472.215	-	472.215
Projeto Sul	17.775	689.710	707.485	-	17.775	689.710	707.485
Total	75.139	1.977.459	2.052.598	1.287.749	1.362.888	689.710	2.052.598

(*) "Cross default".

Vencimento das parcelas de longo prazo

Em 31 de dezembro de 2016, os vencimentos a longo prazo, têm a seguinte composição:

	Consolidado	
	31/12/2016 (Reapresentado)	31/12/2015
2017	-	189.272
2018	109.787	65.632
2019	109.787	65.632
2020	69.702	65.632
2021	69.702	65.632
2022	69.702	65.632
2023 a 2027	261.030	328.159
2028 em diante	-	57.346
Total	689.710	902.937

A taxa efetiva de juros das transações de empréstimos das controladas indiretas Girocantex e Hidroviás del Paraguay em 31 de dezembro de 2016 está demonstrada a seguir:

	Valor nominal	Custo da dívida	Valor líquido	Taxa de juros	Taxa efetiva
Financiamento de projetos	212.952	(17.904)	195.048	4,5% + Libor (*)	4,91%
Financiamento de projetos	86.332	(7.259)	79.073	4,3% + Libor (*)	4,69%
Financiamento de projetos	212.952	(17.904)	195.048	4,5% + Libor (*)	4,91%
Financiamento de projetos	86.332	(7.259)	79.073	4,3% + Libor (*)	4,69%
Financiamento de projetos	86.329	(7.255)	79.074	4,3% + Libor (*)	4,69%
Total	684.897	(57.581)	627.316		

(*) Contratado SWAP para Libor conforme nota explicativa 18.4.

13. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Provisão para bônus e gratificações	7.450	5.903	9.752	9.018
Férias e encargos	1.007	1.746	3.340	3.828
INSS a recolher	551	621	2.031	1.831
IRRF a recolher	328	363	504	525
FGTS a recolher	21	140	135	218
Total	<u>9.357</u>	<u>8.773</u>	<u>15.762</u>	<u>15.420</u>

14. PROVISÃO PARA RISCOS

Em 31 de dezembro de 2016 a Companhia, no consolidado, possui setenta e cinco processos trabalhistas avaliados como perda possível totalizando o valor de R\$10.897, deste montante R\$7.561 refere-se a processo trabalhista na controlada indireta HB Miritituba, tendo como objeto da ação lucros cessantes, danos morais e honorários advocatícios, as demais ações tratam-se de subcontratados das construtoras que implantaram o projeto do Norte.

15. CAPITAL SOCIAL

Em 31 de dezembro de 2016, o capital social é de R\$1.296.778 (R\$1.072.386 em 31 de dezembro de 2015), representado por 692.483.100 (630.834.792 em 31 de dezembro de 2015) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

A composição acionária em 31 de dezembro de 2016 e em 31 de dezembro de 2015 está detalhada a seguir:

Acionistas	31/12/2016		31/12/2015	
	Ações ordinárias	%	Ações ordinárias	%
P2 Brasil Infraestrutura Fundo de Investimentos em Participação	342.123.278	49,40	335.958.447	53,26
Sheares Investments B.V.	136.149.027	19,66	136.149.027	21,58
1505718 Alberta Ltd.	54.638.333	7,89	54.638.333	8,66
1505722 Alberta Ltd.	21.277.822	3,07	21.277.822	3,37
HBSA Co-Investimento - Fundo de Investimentos em Participações	51.216.649	7,40	30.669.268	4,86
BTO - Fundo de Investimento em Participações	51.216.649	7,40	30.669.268	4,86
BNDES Participações S.A. - BNDESPAR	20.495.271	2,96	12.271.387	1,95
International Finance Corporation	15.366.071	2,22	9.201.240	1,46
Total	<u>692.483.100</u>	<u>100</u>	<u>630.834.792</u>	<u>100</u>

Aumentos de capital – 2016

Em 22 de novembro de 2016, os acionistas aportaram R\$224.392, equivalentes a 61.648.308 ações ordinárias, substancialmente para a combinação de negócios descrita na nota explicativa nº1.

Dividendos

Conforme o Estatuto Social, os acionistas têm direito a dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido, ajustado conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações.

16. RESULTADO POR AÇÃO

O resultado por ação básico foi calculado com base no resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores da Companhia em 31 de dezembro de 2016 e 2015 e na respectiva quantidade média de ações ordinárias em circulação no exercício, conforme quadro a seguir:

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Prejuízo do exercício	(88.901)	(60.064)
Média ponderada de ações	<u>637.253</u>	<u>595.038</u>
Prejuízo do exercício por lote de mil ações	<u>(0,1395)</u>	<u>(0,1009)</u>

Os efeitos apurados no denominador do cálculo de lucro por ação diluído oriundos do plano de pagamento baseado em ações (nota explicativa nº 19) foram considerados antidilutivos. Por este motivo, estes efeitos não foram incluídos no cálculo no exercício.

17. PARTES RELACIONADAS

Remuneração do pessoal-chave da Administração

Em 31 de dezembro de 2016, a remuneração do pessoal-chave da Administração, que contempla a Diretoria Executiva e os Conselheiros, totalizou R\$12.984 (reapresentado), sendo referente a salários e benefícios variáveis dos quais R\$11.984 referem-se a benefícios de empregados de curto prazo e R\$910 a previdência e benefícios de assistência médica (R\$5.782 em 31 de dezembro de 2015).

Transações entre partes relacionadas envolvendo acionistas controladores, entidades sob controle comum ou influência significativa

Créditos com a controladora	Controladora				Consolidado			
	Ativos		Passivos		Ativos		Passivos	
	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Girocantex (a)	3.584	3.302	(63)	-	-	-	-	-
Hidrovias del Sur (b)	35	510	(117)	-	-	-	-	-
Hidrovias do Norte (c)	<u>14.667</u>	<u>2.713</u>	<u>(169)</u>	-	-	-	-	-
Subtotal	<u>18.286</u>	<u>6.525</u>	<u>(349)</u>	-	-	-	-	-
Garantias e depósito caução (f)	90.929	108.928	-	-	-	-	-	-
IFC Loan (g)	-	-	-	-	-	-	274.121	350.965
BNDES (h)	-	-	-	-	-	-	626.667	-
Subtotal	<u>90.929</u>	<u>108.928</u>	<u>-</u>	-	-	-	<u>900.788</u>	<u>350.965</u>
Total	<u>109.215</u>	<u>115.453</u>	<u>(349)</u>	-	-	-	<u>900.788</u>	<u>350.965</u>

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Receitas e despesas:				
Pátria Investimentos Ltda.(e)	(639)	(755)	(2.793)	(6.055)
PTLS Serviços de Tecnologia e Assistência Técnica Ltda. (d)	<u>(112)</u>	<u>(83)</u>	<u>(112)</u>	<u>(259)</u>
Subtotal	<u>(751)</u>	<u>(838)</u>	<u>(2.905)</u>	<u>(6.314)</u>
IFC Loan (g)	-	-	(6.937)	(4.098)
Subtotal	-	-	<u>(6.937)</u>	<u>(4.098)</u>
Total	<u>(751)</u>	<u>(838)</u>	<u>(9.842)</u>	<u>(10.412)</u>

- (a) Referem-se a despesas com estruturação do financiamento para o Projeto Vale com a controlada indireta Girocantex, contratadas no Brasil.
- (b) Refere-se a despesas administrativas com a controlada direta Hidroviás del Sur.
- (c) Refere-se a despesas administrativas com a controlada indireta Hidroviás do Norte.
- (d) Refere-se a prestação de serviço de assistência técnica remota, para atendimento à infraestrutura da Companhia e dos escritórios para todas as empresas do grupo no Brasil.
- (e) Refere-se a despesa de assessoria financeira para captação privada de recursos.
- (f) Conforme mencionado na nota explicativa nº7 referem-se as concessões de recursos financeiros concedidas para as controladas Girocantex e Obrinel sem cobrança de juros, os quais serão liquidados após a comprovação de performance dos ativos e conclusão das instalações portuárias. Os resultados financeiros decorrentes de variação cambial são reconhecidos no resultado do período.
- (g) Refere-se a empréstimo adquirido pela controlada indireta Girocantex com o banco IFC para o projeto Vale. (nota explicativa nº12).
- (h) Refere-se a empréstimo adquirido pela controlada direta Cabotagem com o banco BNDES para o compra dos navios.

18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

18.1. Instrumentos financeiros por categoria

Todas as operações com instrumentos financeiros e derivativos estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas, os valores justos estimados dos instrumentos se aproximam dos valores contabilizados, conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016 (Reapresentado)	31/12/2015
Ativos:				
Empréstimos e recebíveis:				
Caixa e equivalentes de caixa	352	11.816	95.182	108.037
Títulos e valores mobiliários	140.505	95.417	167.196	203.893
Aplicações financeiras vinculadas	-	-	51.915	-
Garantia e depósito caução	91.232	109.049	91.251	109.080
Contas a receber de clientes	-	-	23.101	21.762
Partes relacionadas	18.286	6.525	-	-
Passivos:				
Passivo pelo custo amortizado:				
Fornecedores	1.498	2.028	39.942	118.794
Contas a pagar com intermediação bancária	-	-	67.831	-
Empréstimos e financiamentos	15.683	-	2.052.598	1.566.489
Valor justo por meio do resultado:				
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	44.396	66.020

18.2. Critérios, premissas e limitações utilizados no cálculo dos valores de mercado

Os instrumentos financeiros da Companhia e de suas controladas, com exceção dos derivativos, são classificados como empréstimos e recebíveis e passivo pelo custo amortizado, e são substancialmente remunerados por taxas de mercado, conforme divulgadas nas notas explicativas nº 4, nº 5, nº 6, nº 7, nº 12 e nº 17. Os valores justos desses instrumentos financeiros aproximam-se dos valores contábeis em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015.

18.3. Hierarquia do valor justo

Os instrumentos derivativos contratados enquadram-se no nível 2, conforme a definição de hierarquia do valor justo descrita a seguir, conforme o pronunciamento técnico CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação.

- Nível 1 - avaliação com base em preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos nas datas dos balanços. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma bolsa de mercadorias e valores, um corretor, um grupo de indústrias, um serviço de precificação ou uma agência reguladora e aqueles preços representarem transações de mercado reais, as quais ocorrem regularmente em bases puramente comerciais.
- Nível 2 - utilizado para instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão), cuja avaliação é baseada em técnicas que, além dos preços cotados incluídos no nível 1, utilizam outras informações adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, direta (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços). A Companhia detém instrumentos financeiros (swap) classificados no Nível 2, em que a mensuração do valor justo depende de fluxos de caixa descontados a valor presente com base em curvas que refletem os fatores apropriados de risco. Essas curvas são traçadas principalmente com base nos preços de troca de derivativos no mercado secundário ou de derivativos e títulos e valores mobiliários negociados no exterior.
- Nível 3 - avaliação determinada em virtude de informações, para os ativos ou passivos, que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, informações não observáveis).

18.4 Instrumentos financeiros derivativos

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando à previsibilidade das operações e à minimização de eventuais descasamentos que possam trazer volatilidades adicionais às já contempladas no Plano de Negócios da Companhia. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Companhia e suas controladas não efetuam operações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros instrumentos financeiros de risco.

A contratação de instrumentos financeiros derivativos é utilizada conforme definido em política interna, aprovada pela Diretoria, somente para proteção de eventuais descasamentos de taxas de câmbio e taxa de juros, sem nenhum componente de alavancagem ou de especulação, uma vez que os derivativos contratados pelas controladas possuem prazos perfeitamente alinhados com as respectivas obrigações (dívidas ou fluxos de pagamentos em moeda estrangeira) protegidas.

Derivativos designados para "swap" - Consolidado

Os instrumentos de proteção contratados para as dívidas de financiamento de projetos são "swaps" convencionais de "Libor 6M" para taxa fixa com o intuito de fixar os juros incorridos no fluxo de pagamento de dívidas que originalmente foram contratadas com uma taxa pós-fixada, sem nenhum componente de alavancagem ou de especulação, cláusula de margem, ajustes diários ou ajustes periódicos. E, portanto, proteger o fluxo de pagamentos de principal e juros (objetos de proteção).

	Negociação	Vencimento	Valor nacional (US\$)	Índice	Exposição 2016 (R\$)	Exposição 2015 (R\$)	Taxa
Sumitomo Mitsui Banking Corporation New York	09/10/2013	15/05/2017	72.673	Libor	(14.878)	(23.924)	1,78%
Banco Santander Cayman	09/10/2013	15/05/2017	72.673	Libor	(14.855)	(18.854)	1,78%
Banco Itaú BBA S.A. Nassau Branch	09/10/2013	15/05/2017	72.673	Libor	(14.663)	(23.242)	1,78%
					<u>(44.396)</u>	<u>(66.020)</u>	

O valor justo desses instrumentos está apresentado abaixo:

	Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015
Sumitomo Mitsui Banking Corporation New York	(14.878)	(23.924)
Banco Santander Cayman	(14.855)	(18.854)
Banco Itaú BBA S.A. Nassau Branch	(14.663)	(23.242)
Total	<u>(44.396)</u>	<u>(66.020)</u>

Em 31 de dezembro de 2016, como resultado das operações descritas acima, as controladas possuem um saldo passivo de R\$44.396 (R\$66.020 em 31 de dezembro de 2015), em contrapartida ao patrimônio líquido, na rubrica de resultados abrangentes.

Movimentação dos derivativos

Saldos em 31 de dezembro de 2015	66.020
Variação a valor justo	(13.941)
Efeito reconhecido no resultado por pagamento de hedge	501
Ajustes de tradução	(8.184)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	<u>44.396</u>

18.5. Gerenciamento de risco

Gerenciamento de risco financeiro*Visão geral*

Os riscos econômico-financeiros refletem, principalmente, o comportamento de variáveis macroeconômicas e taxas de câmbio e de juros, bem como as características dos instrumentos financeiros utilizados pela Companhia. Esses riscos são administrados por meio de acompanhamento da Administração, que atua ativamente na gestão operacional.

A Companhia tem como prática gerir os riscos existentes de forma conservadora; essa prática tem como principais objetivos preservar o valor e a liquidez dos ativos financeiros e garantir recursos financeiros para o bom andamento dos negócios. Os principais riscos financeiros considerados pela gestão da Alta Administração são:

- Risco de crédito.
- Risco de liquidez.
- Risco de taxas de câmbio.
- Risco de taxa de juros.

A seguir apresentamos informações sobre a exposição da Companhia e de suas controladas a cada um desses riscos, os objetivos, as práticas e os processos para mensuração e gerenciamento de risco e o gerenciamento de capital.

Estrutura de gerenciamento de risco

Risco de crédito

É o risco de a Companhia sofrer prejuízo financeiro caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis originados, em sua grande maioria, por clientes recorrentes e por aplicações financeiras.

De forma geral, o direcionamento dos negócios é tratado em reuniões de comitê para tomadas de decisão. Há acompanhamento dos resultados e adequações das estratégias estabelecidas, visando manter os resultados esperados.

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros que representam exposição máxima ao risco de crédito nas datas das demonstrações financeiras são:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016 (Reapresentado)	31/12/2015
Caixa e equivalentes de caixa	352	11.816	95.182	108.037
Contas a receber	-	-	23.101	21.762
Títulos e valores mobiliários	140.505	95.417	167.196	203.893
Aplicações financeiras vinculadas	-	-	51.915	-

Risco de liquidez

É o risco de que a Companhia e suas controladas possam eventualmente encontrar dificuldades em cumprir obrigações associadas a seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista.

A abordagem no gerenciamento do risco de liquidez é garantir o pagamento das obrigações, motivo pelo qual há o objetivo de manter disponibilidade em caixa para cumprimento das obrigações de curto prazo, fazendo o possível para que sempre haja liquidez suficiente para cumprir as obrigações vincendas, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou o risco de prejudicar a reputação da Companhia e de suas controladas.

A Companhia e suas controladas trabalham alinhando disponibilidade e geração de recursos a fim de cumprir suas obrigações nos prazos acordados.

O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia e suas controladas devem quitar as respectivas obrigações:

	Consolidado				
	31/12/2016				
Taxa de juros (média ponderada) efetiva - % a.a.	Próximos 12 meses	Entre 13 e 24 meses	Entre 25 e 36 meses	37 meses em diante	
Garantia depósito caução (nota explicativa nº 7)	-	15.989	75.262	-	-
Fornecedores (nota explicativa nº 11)	-	39.942	-	-	-
Contas a pagar com intermediação bancária (nota explicativa nº 11.1)	-	67.831	-	-	-
Empréstimos e financiamentos (nota explicativa nº 12) - reapresentado	4,55	1.362.888	109.787	109.787	470.136

Risco de taxas de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia e por suas controladas.

A Administração analisa e acompanha as suas exposições para a tomada de decisão na contratação de instrumentos de proteção das respectivas exposições em moeda estrangeira. Os instrumentos de proteção utilizados para gerenciar as exposições são estabelecidos pela Administração, compartilhadas e aprovadas pelo Conselho de Administração, de forma que esses instrumentos não sejam de caráter especulativo nem possam eventualmente gerar algum risco adicional àqueles inerentes aos propósitos a que originalmente se propõem.

Risco de taxa de juros

O valor contábil dos ativos financeiros que representam a exposição máxima ao risco de taxas de juros na data das demonstrações financeiras foi:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016 (Reapresentado)	31/12/2015
Ativos:				
Caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa nº 4)	352	11.816	95.182	108.037
Títulos e valores mobiliários (nota explicativa nº 5.1)	140.505	95.417	167.196	203.893
Aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa nº 5.2)	-	-	51.915	-
Empréstimos e financiamentos (nota explicativa nº 12)	15.683	-	2.052.598	1.566.489

Análise de sensibilidade

A Companhia e suas controladas realizaram análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos, basicamente representados por variação das taxas de câmbio e de juros, conforme demonstrado a seguir:

Variação das taxas de juros

Para verificar a sensibilidade dos indexadores nos investimentos aos quais a Companhia e suas controladas estavam expostas na data-base 31 de dezembro de 2016, foram definidos três cenários diferentes. Com base no relatório FOCUS de 31 de dezembro de 2016, foi extraída a posição do indexador Selic (10,25% a.a.) para um ano.

A Companhia preparou 3 cenários de análise de sensibilidade. O cenário I considera as taxas de juros futuros observadas na data base das demonstrações financeiras e os cenários II e III consideram uma apreciação de 25% e 50%, respectivamente, na variável de risco considerada.

A data-base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2016, projetando os índices para um ano e verificando a respectiva sensibilidade em cada cenário:

Instrumentos financeiros (notas explicativas nº 5, nº 7 e nº 12)	Risco	Taxa estimada	Total	Consolidado		
				I 100%	II 25%	III 50%
Títulos e valores mobiliários	Selic	6,75%	167.196	17.138	12.853	8.569
Garantia depósito caução	Selic	6,75%	91.251	9.353	7.015	4.677
<u>Empréstimos e financiamentos</u>						
Financiamento de projetos	Libor	1,78%	707.485	12.605	15.757	18.908
Empréstimo para financiamento de projeto	TJLP	6,75%	408.569	27.578	34.473	41.368
Empréstimo para financiamento de projeto e cédula de crédito bancária	CDI	6,75%	464.329	31.342	39.178	47.013

Variação cambial

Para verificar a sensibilidade da exposição cambial líquida à qual a Companhia e suas controladas estavam expostas na data-base 31 de dezembro de 2016, foram definidos três cenários diferentes. Os cenários I e II considera uma deterioração e apreciação de 25% e 50% de moeda, respectivamente, conforme requerimento da Instrução CVM nº 475/08.

	Risco	Taxa estimada	31/12/16	Cenário	
				I	II
Cédula de Crédito Bancária	USD	3,2883	472.215	595.576	714.691

18.6. Gestão de capital

A política da Administração da Companhia é manter uma sólida estrutura de capital para manter a confiança dos investidores, credores e clientes de mercado, mantendo o desenvolvimento futuro do negócio.

A Administração da Companhia procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de alavancagem financeira (empréstimos) e as vantagens e a segurança proporcionadas por uma posição de capital equilibrada.

A dívida da Companhia para a relação do patrimônio líquido final de 31 de dezembro de 2016 e de 31 de dezembro de 2015 é apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
			(Reapresentado)	
Total dos passivos circulante e não circulante	(33.373)	(19.928)	(2.499.288)	(1.790.841)
Caixa e equivalentes de caixa	352	11.816	95.182	108.037
Títulos e valores mobiliários	140.505	95.417	167.196	203.893
Aplicações financeiras vinculadas	-	-	51.915	-
Sobra (insuficiência) líquida de caixa	<u>107.484</u>	<u>87.305</u>	<u>(2.184.995)</u>	<u>(1.478.911)</u>
Patrimônio líquido	<u>1.180.830</u>	<u>1.115.190</u>	<u>1.180.830</u>	<u>1.115.190</u>
Relação entre patrimônio e a sobra (insuficiência) líquida de caixa	<u>9%</u>	<u>8%</u>	<u>(185%)</u>	<u>(133%)</u>

19. PROGRAMA DE OPÇÃO DE COMPRA DE AÇÕES

Em 7 de dezembro de 2010, foram aprovados por meio de Assembleia Geral Extraordinária da Companhia os termos do Plano de Outorga de Opções de Ações ("Plano"), que tem por objeto a outorga de opções de compra de ações de emissão da Companhia a administradores da Companhia e profissionais estratégicos, com o objetivo principal de atração e retenção desses profissionais. Os participantes indicados, observadas as regras e condições definidas a cada programa, receberão a oferta da opção de compra de ações em número definido pelo Conselho de Administração, e cada opção de compra atribuí ao seu titular o direito à aquisição de uma ação ordinária de emissão da Companhia, nos termos e nas condições do Plano e dos programas aprovados.

A Companhia reconheceu as opções de ações outorgadas como reserva de capital com contrapartida no resultado proporcionalmente às vigências dos contratos, registrando o montante acumulado de R\$5.063 (31 de dezembro de 2015 o montante acumulado de R\$4.813). Como determina o pronunciamento técnico CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações, o valor justo das opções foi determinado na data da outorga e está sendo reconhecido pelo exercício de aquisição do direito ("vesting period").

O valor justo das opções é estimado na data de concessão, com base no modelo "Black-Scholes" de precificação das opções que considera os prazos e as condições da concessão dos instrumentos.

Detalhes das opções outorgadas

Plano/ Programa	"Vesting"	Data limite para exercício	Preço exercício (em R\$) (*)	Outorgadas	Exercidas	Cancelada/ expiradas	Em aberto	Valor justo (em R\$) (**)
2010/1ª	07/12/2011	07/12/2020	1,00	500.000	-	-	500.000	1,13
2010/1ª	07/12/2012	07/12/2020	1,00	500.000	-	-	500.000	1,27
2010/1ª	07/12/2013	07/12/2020	1,00	500.000	-	-	500.000	1,43
2010/1ª	07/12/2014	07/12/2020	1,00	500.000	-	-	500.000	1,61
Total Plano de 2010				<u>2.000.000</u>	-	-	<u>2.000.000</u>	
Plano /Programa	"Vesting"	Data limite para exercício	Preço exercício (em R\$) (*)	Outorgadas	Exercidas	Cancelada /expiradas	Em aberto	Valor justo (em R\$) (**)
2011/1ª	10/05/2012	10/05/2021	1,00	25.000	-	-	25.000	1,17
2011/1ª	10/05/2013	10/05/2021	1,00	25.000	-	-	25.000	1,31
2011/1ª	10/05/2014	10/05/2021	1,00	25.000	-	-	25.000	1,47
2011/1ª	10/05/2015	10/05/2021	1,00	25.000	-	-	25.000	1,65
Total Plano de 2011				<u>100.000</u>	-	-	<u>100.000</u>	
Plano/ Programa	"Vesting"	Data limite para exercício	Preço exercício (em R\$) (*)	Outorgadas	Exercidas	Cancelada/ expiradas	Em aberto	Valor justo (em R\$) (**)
2012/1ª	25/05/2013	25/05/2022	1,14	338.750	-	(125.000)	213.750	1,37
2012/1ª	25/05/2014	25/05/2022	1,14	338.750	-	(125.000)	213.750	1,54
2012/1ª	25/05/2015	25/05/2022	1,14	338.750	-	(125.000)	213.750	1,73
2012/1ª	25/05/2016	25/05/2022	1,14	338.750	-	(157.500)	181.250	1,93
2012/2ª	10/08/2013	25/05/2022	1,28	100.000	-	-	100.000	1,56
2012/2ª	10/08/2014	25/05/2022	1,28	100.000	-	-	100.000	1,75
2012/2ª	10/08/2015	25/05/2022	1,28	100.000	-	-	100.000	1,98
2012/2ª	10/08/2016	25/05/2022	1,28	100.000	-	-	100.000	2,23
Total Plano de 2012				<u>1.755.000</u>	-	<u>(532.500)</u>	<u>1.222.500</u>	
Plano/ Programa	"Vesting"	Data limite para exercício	Preço exercício (em R\$) (*)	Outorgadas	Exercidas	Cancelada/ expiradas	Em aberto	Valor justo (em R\$) (**)
2013/1ª	26/02/2014	26/02/2023	1,41	275.234	-	(35.400)	239.834	1,77
2013/1ª	26/02/2015	26/02/2023	1,41	275.234	-	(35.400)	239.834	2,01
2013/1ª	26/02/2016	26/02/2023	1,41	275.233	-	(65.490)	209.743	2,25
2013/1ª	26/02/2017	26/02/2023	1,41	275.233	-	(65.490)	209.743	2,54
Total Plano de 2013				<u>1.100.934</u>	-	<u>(201.780)</u>	<u>899.154</u>	
Plano/ Programa	"Vesting"	Data limite para exercício	Preço exercício (em R\$) (*)	Outorgadas	Exercidas	Cancelada/ expiradas	Em aberto	Valor justo (em R\$) (**)
2014/1ª	31/03/2015	31/03/2024	1,68	555.750	-	(4.500)	551.250	2,20
2014/1ª	31/03/2016	31/03/2024	1,68	555.750	-	(4.500)	551.250	2,47
2014/1ª	31/03/2017	31/03/2024	1,68	555.750	-	(27.000)	528.750	2,80
2014/1ª	31/03/2018	31/03/2024	1,68	555.750	-	(27.000)	528.750	3,15
Total Plano de 2014				<u>2.223.000</u>	-	<u>(63.000)</u>	<u>2.160.000</u>	
Plano/ Programa	"Vesting"	Data limite para exercício	Preço exercício (em R\$) (*)	Outorgadas	Exercidas	Canceladas/ expiradas	Em aberto	Valor justo (em R\$) (**)
2016 A/1ª	27/07/2016	31/03/2025	3,64	891.779	-	-	891.779	-
2016 A/1ª	31/03/2017	31/03/2025	3,64	891.779	-	-	891.779	0,93
2016 A/1ª	31/03/2018	31/03/2025	3,64	891.778	-	-	891.778	1,06
2016 A/1ª	31/03/2019	31/03/2025	3,64	891.778	-	-	891.778	1,14
Total Plano de 2016 A				<u>3.567.114</u>	-	-	<u>3.567.114</u>	

Plano/ Programa	"Vesting"	Data limite para exercício	Preço exercício (em R\$) (*)	Outorgadas	Exercidas	Canceladas/ expiradas	Em aberto	Valor justo (em R\$) (**)
2016 B/1ª	31/03/2017	31/03/2026	3,48	731.105	-	-	731.105	1,06
2016 B/1ª	31/03/2018	31/03/2026	3,48	731.105	-	-	731.105	1,17
2016 B/1ª	31/03/2019	31/03/2026	3,48	731.105	-	-	731.105	1,24
2016 B/1ª	31/03/2020	31/03/2026	3,48	731.105	-	-	731.105	1,30
Total Plano de 2016 B				<u>2.924.420</u>	-	-	<u>2.924.420</u>	

(*) Valor de exercício na data da outorga o qual é corrigido mensalmente pelo IPCA acrescido de 7% ao ano.

(**) Valor justo na data da outorga.

20. COMPROMISSOS E GARANTIAS

A controlada Hidrovias do Brasil - Vila do Conde S.A., dentro das obrigações assumidas no contrato de compra e venda com a KF de Menezes Consultoria Logística, do terreno para a instalação do Terminal Portuário de Uso Privativo (TUP), localizado na cidade de Barcarena, Estado do Pará, assumiu a obrigação de R\$15.000 a serem pagos na aprovação da concessão de Licença de Operação - LO, e demais licenças exigidas para a plena operação do terminal, o pagamento está previsto para o 1º trimestre de 2017.

A Companhia possui contratos de longo prazo com os seguintes clientes:

1. VALE, no Corredor Sul, com validade de 25 anos a partir de março de 2014.
2. SODRU, no Corredor Sul, com validade de 8 anos a partir de fevereiro de 2014.
3. NIDERA, no Corredor Sul e Norte, com validade de 5 anos a partir de agosto de 2014 e com validade de 10 anos a partir de 2016, respectivamente.
4. NOBLE, no Corredor Norte, com validade de 10 anos a partir de 2016.
5. MULTIGRAIN, no Corredor Norte, com validade de 10 anos a partir de 2016.
6. ALLUNORTE, no Corredor Norte, com validade de 25 anos a partir de 2010.

A partir de março de 2016, a controlada indireta HB Navegação Norte firmou contratos de leasing operacional dos empurradores Don Antonio de propriedade da controlada indireta Pricolpar S.A. e Draco de controlada indireta Cikelsol S.A., por 36 meses (2019).

21. RECEITA

	Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015
Corredor Sul (*):		
Serviços de transporte	293.620	196.223
Corredor Norte:		
Serviços de transbordo	17.837	-
Serviços de transporte	34.899	-
Serviços de elevação	58.373	-
Serviços de intermediação	248	-
Serviços de cabotagem	3.893	-
Total da receita bruta	408.870	196.223
Impostos sobre faturamento	(16.271)	-
Total da receita líquida	<u>392.599</u>	<u>196.223</u>

(*) O Corredor Sul tem isenção de impostos sobre faturamento nas empresas do Uruguai devido a atividade comercial da Companhia, no Paraguai esta é isenta de recolhimento de impostos para as cargas com destino de exportação e as demais cargas sofrem tributação de 10% de imposto de renda.

22. CUSTOS E DESPESAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Salários, encargos e benefícios	(27.946)	(25.258)	(84.562)	(65.946)
Depreciações e amortizações	(4.158)	(1.328)	(87.980)	(38.889)
Manutenção	(65)	(46)	(10.776)	(13.489)
Seguros	(60)	(29)	(12.475)	(6.208)
Combustível	-	-	(34.393)	(28.307)
Serviços de terceiros	(9.233)	(7.018)	(23.669)	(14.372)
Aluguéis	(1.197)	(577)	(6.963)	(2.980)
Frete	(80)	-	(1.121)	(23.187)
Viagens e passagens	(1.785)	(1.250)	(3.805)	(2.574)
Amarradeiro	-	-	(14.127)	(4.331)
Copa e cozinha	(42)	-	(3.994)	(2.231)
Agenciadores	-	-	(3.542)	(2.257)
Operacionais e segurança	-	-	(5.612)	(636)
Taxas diversas	(511)	(214)	(3.441)	(3.392)
Equivalência patrimonial	(32.499)	(40.020)	(14.761)	(10.054)
Outros custos e despesas	(1.744)	(814)	(11.103)	(6.015)
Total	<u>(79.320)</u>	<u>(76.554)</u>	<u>(322.324)</u>	<u>(224.868)</u>
Classificados como:				
Custos dos serviços prestados	-	-	(238.843)	(162.076)
Salários, encargos e benefícios	(27.837)	(25.258)	(33.873)	(29.148)
Gerais e administrativas	(5.932)	(2.930)	(15.634)	(9.762)
Serviços profissionais	(8.894)	(7.018)	(14.106)	(9.505)
Depreciações e amortizações	(4.158)	(1.328)	(5.107)	(4.323)
Resultado de equivalência patrimonial	(32.499)	(40.020)	(14.761)	(10.054)
Total	<u>(79.320)</u>	<u>(76.554)</u>	<u>(322.324)</u>	<u>(224.868)</u>

23. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Receitas:				
Rendas de aplicações financeiras	10.450	9.635	11.383	9.719
(-) PIS e COFINS s/receita financeira	(1.199)	(2.777)	(1.249)	(2.777)
Atualizações monetárias e cambiais	15.222	75.599	18.010	75.491
Outras	133	3	206	50
Total	<u>24.606</u>	<u>82.460</u>	<u>28.350</u>	<u>82.483</u>
Despesas:				
Encargos de dívidas	(691)	-	(133.533)	(34.493)
Atualização monetárias e cambiais	(32.661)	(57.052)	(33.523)	(57.559)
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF	(534)	(383)	(12.487)	(6.355)
Outras	(301)	(78)	(5.947)	(6.144)
Total	<u>(34.187)</u>	<u>(57.513)</u>	<u>(185.490)</u>	<u>(104.551)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(9.581)</u>	<u>24.947</u>	<u>(157.140)</u>	<u>(22.068)</u>

24. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Os tributos sobre o lucro no Brasil compreendem o imposto sobre a renda e contribuição social sobre o lucro. A alíquota estatutária aplicável nos exercícios apresentados é de 34%. Em outros países as operações da Companhia estão sujeitas a outras taxas dependendo da jurisdição. O total de tributos sobre o lucro demonstrado no resultado do exercício está reconciliado com as alíquotas estabelecidas pela legislação, como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	(88.901)	(51.607)	(86.865)	(50.713)
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
Expectativa de IRPJ e CSLL de acordo com as alíquotas vigentes	30.226	17.546	29.534	17.242
Ajustes permanentes:				
Despesas indedutíveis	-	(1)	-	(1)
Outros benefícios a funcionários	(32)	(73)	-	(78)
Brindes	(4)	(13)	(14)	(14)
Equivalência patrimonial	(11.050)	(13.607)	(5.019)	(3.418)
Bônus	-	(155)	-	(556)
Outros	-	-	(439)	-
Resultado das empresas do exterior tributadas a alíquotas diferentes às da controladora	-	-	(128)	(894)
Ajustes temporários:				
"Stock options"	(85)	(1.141)	(85)	(1.141)
Tributos exigibilidade suspensa	(408)	(944)	(408)	(944)
Provisão para fornecedores	186	(366)	556	(366)
Outras provisões	-	-	(612)	-
Bônus	(1.870)	-	(2.253)	-
Compensação do prejuízo fiscal 30%	-	1.413	-	322
Efeito dos prejuízos fiscais não utilizados e das compensações tributárias não reconhecidas como diferido	(16.963)	(7.554)	(23.168)	(15.941)
Despesa de IRPJ e CSLL corrente debitada ao resultado do exercício	-	(8.457)	(2.356)	(9.351)
Receita de IRPJ e CSLL corrente creditada ao resultado do exercício	-	-	320	-
Alíquota efetiva	-	16%	2%	18%

24.1 IMPOSTOS DIFERIDOS

A Companhia através de sua controlada direta HB Cabotagem constitui IR diferido sobre a aquisição da "Log-In" com base nos laudos de avaliação de ativos tangíveis e ativos intangíveis que estão em processo final de elaboração, por isso, sujeitos a alterações.

Segue a movimentação do diferido:

Saldo em 23 de dezembro 2016 - aquisição	124.824
Movimentação IR diferido	(320)
Saldo em 31 de dezembro 2016	<u>124.504</u>

25. INFORMAÇÃO POR SEGMENTO - CONSOLIDADO

A segregação dos segmentos operacionais da Companhia é baseada na estrutura interna das demonstrações financeiras e da Administração e é efetuada por meio da segmentação de negócio.

Contas de resultado

	<u>Corredor Norte</u> <u>31/12/2016</u> (Reapresentado)	<u>Corredor Sul</u> <u>31/12/2016</u> (Reapresentado)	<u>Holding</u> <u>31/12/2016</u> (Reapresentado)	<u>Eliminações</u>	<u>Total</u> <u>31/12/2016</u> (Reapresentado)
Receita líquida de serviços	98.979	293.620	-	-	392.599
Custo dos serviços prestados	(96.880)	(141.151)	-	(812)	(238.843)
Despesas operacionais	(11.433)	(10.494)	(46.810)	17	(68.720)
Resultado financeiro líquido	(84.397)	(63.161)	(9.591)	9	(157.140)
Equivalência patrimonial	-	(14.761)	(32.500)	32.500	(14.761)
Imposto de renda	(1.324)	(712)	-	-	(2.036)
Prejuízo do exercício	<u>(95.055)</u>	<u>63.341</u>	<u>(88.901)</u>	<u>31.714</u>	<u>(88.901)</u>
	<u>Corredor Norte</u> <u>31/12/2015</u>	<u>Corredor Sul</u> <u>31/12/2015</u>	<u>Holding</u> <u>31/12/2015</u>	<u>Eliminações</u>	<u>Total</u> <u>31/12/2015</u>
Receita líquida de serviços	-	196.223	-	-	196.223
Custo dos serviços prestados	(33)	(162.043)	-	-	(162.076)
Despesas operacionais	(5.629)	(10.377)	(36.732)	-	(52.738)
Resultado financeiro líquido	(6.219)	(40.102)	43.838	(19.585)	(22.068)
Equivalência patrimonial	(7)	(2.942)	(39.128)	32.023	(10.054)
Imposto de renda	-	(894)	(6.068)	(2.389)	(9.351)
Prejuízo do exercício	<u>(11.888)</u>	<u>(20.135)</u>	<u>(38.090)</u>	<u>10.049</u>	<u>(60.064)</u>

Contas patrimoniais

	<u>Corredor Norte</u> <u>31/12/2016</u> (Reapresentado)	<u>Corredor Sul</u> <u>31/12/2016</u> (Reapresentado)	<u>Holding</u> <u>31/12/2016</u> (Reapresentado)	<u>Eliminações</u>	<u>Total</u> <u>31/12/2016</u> (Reapresentado)
Ativo circulante	86.044	179.387	168.625	(94.535)	339.521
Ativo não circulante	<u>2.094.856</u>	<u>1.123.000</u>	<u>1.045.845</u>	<u>(923.104)</u>	<u>3.340.597</u>
Total do ativo	<u>2.180.900</u>	<u>1.302.387</u>	<u>1.214.470</u>	<u>(1.017.639)</u>	<u>3.680.118</u>
Passivo circulante	1.563.521	42.815	32.947	(11.698)	1.627.585
Passivo não circulante	153.614	806.636	-	(88.547)	871.703
Patrimônio líquido	<u>463.765</u>	<u>452.936</u>	<u>1.181.523</u>	<u>(917.394)</u>	<u>1.180.830</u>
Total do passivo e patrimônio líquido	<u>2.180.900</u>	<u>1.302.387</u>	<u>1.214.470</u>	<u>(1.017.639)</u>	<u>3.680.118</u>

	<u>Corredor Norte</u> <u>31/12/2015</u>	<u>Corredor Sul</u> <u>31/12/2015</u>	<u>Holding</u> <u>31/12/2015</u>	<u>Eliminações</u>	<u>Total</u> <u>31/12/2015</u>
Ativo circulante	180.306	144.703	139.041	(4.388)	459.662
Ativo não circulante	1.005.733	1.312.625	996.771	(868.760)	2.446.369
Total do ativo	<u>1.186.039</u>	<u>1.457.328</u>	<u>1.135.812</u>	<u>(873.148)</u>	<u>2.906.031</u>
Passivo circulante	762.714	108.956	19.928	(3.694)	887.904
Passivo não circulante	-	906.796	-	(3.859)	902.937
Patrimônio líquido	423.325	441.576	1.115.884	(865.595)	1.115.190
Total do passivo e patrimônio líquido	<u>1.186.039</u>	<u>1.457.328</u>	<u>1.135.812</u>	<u>(873.148)</u>	<u>2.906.031</u>

26. TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETARAM O CAIXA

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, as seguintes transações não afetaram o fluxo de caixa da Companhia e de suas controladas:

- Adições ao imobilizado de juros sobre empréstimos e rendimentos sobre aplicações financeiras capitalizadas apresentam um saldo líquido de R\$27.031 no consolidado.
- Adições ao imobilizado com provisão de fornecedores de R\$14.441 no consolidado.
- Os efeitos da aquisição dos ativos da Log-In estão descritos em nota explicativa nº1.

27. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia e suas controladas mantém a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos visando cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de suas atividades envolvendo as suas instalações operacionais, embarcações e barcas e, também, para os riscos de engenharia e obras dos projetos, responsabilidade civil e danos materiais. A importância segurada em 31 de dezembro 2016 e de 2015 é como segue:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Riscos operacionais		
Operador portuário	620.916	-
Risco de engenharia	519.650	-
Riscos de obras	20.000	-
Casco/máquinas e responsabilidade civil (embarcações a casco nu)	1.964.361	954.319
Incêndio, raio, explosão, danos elétricos, vendavais e alagamentos	3.200	2.900

28. EVENTOS SUBSEQUENTES

- Em 23 de fevereiro de 2017, a Hidroviás do Brasil S.A. através de suas controladas indiretas HB Miritituba, HB Navegação e HB Vila do Conde, celebrou o contrato de prestação de serviços de transbordo de cargas, transporte fluvial e de operação portuária, respectivamente, com a Aliança Agrícola de Cerrado S.A. e a Sodru Trading S.A., e, como garantidora, a Sodru Group S.A., para a movimentação de até 400.000 toneladas de grãos/ano na região norte do Brasil, pelo período de 10 anos.

- b) Em 15 de março de 2017, a controlada indireta Resflir contratou financiamento em moeda estrangeira com o banco ABC equivalente a R\$15.449 (US\$5.000 mil), com sua liquidação prevista para 14 de julho de 2020.
- c) Em 21 de março de 2017, a Companhia celebrou o contrato de Cédula de Crédito Bancário com o Banco Pine, no valor total de R\$90.000, com sua liquidação prevista para 21 de outubro de 2018.
- d) Em 11 de abril de 2017, a Companhia liquidou o empréstimo de R\$15.000 com o Banco Pine.
- e) Em 9 de maio de 2017, a Companhia, através de suas subsidiárias recebeu R\$20.000 referente a antecipação de contrato de prestação de serviços com um dos seus clientes.
- f) Em 22 de junho de 2017, a Companhia celebrou o contrato de Cédula de Crédito Bancário com o Banco BBM, no valor total de US\$6.009 mil equivalente a R\$20.000, com sua liquidação prevista para 26 de dezembro de 2017.
- g) Em 6 de julho de 2017, a Companhia recebeu o valor de US\$23.000 mil decorrente da liberação do depósito referente "Project Funds Support and Corporate Guarantee Agreement – PFSCGA" após a comprovação da performance dos ativos de navegação do Projeto Vale, que foi confirmada por meio da constatação de seis viagens consecutivas percorridas por cada comboio.
- h) Em 2 de agosto de 2017, a Companhia, através da Controlada Baloto, reclassificou parte do montante registrado na rubrica de depósito garantia como aporte de capital no montante de UU\$3.312 mil sem modificar a sua participação societária em 49% na investida Obrinel, permanecendo o saldo residual no montante de US\$1.588 mil, que deverá ser liberado ao final do Financial Completion do projeto Obrinel.
- i) Em 25 de outubro de 2017 foi aprovado pelo Conselho de Administração o aporte de capital para a controladora Hidroviás do Brasil S.A. no montante de US\$31.000 mil.

29. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REAPRESENTADAS

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas reapresentadas foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 22 de dezembro de 2017.
